

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Émerson Zanoni Vieira

**A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA MUDANÇA DO EIXO  
ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2009

Émerson Zanoni Vieira

**A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA MUDANÇA DO EIXO  
ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Maria Heloisa Lenz

Porto Alegre

2009

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que eu atingisse esse objetivo na minha vida.

Em especial, agradeço a minha mãe, Glória Zanoni, por todo o carinho e incentivo, por sempre acreditar em mim e ter certeza do meu sucesso.

Apenas carinho e incentivo não explicam o quanto minha namorada, Ana Paula Sehn, colaborou para que eu conseguisse superar essa etapa na minha vida. Seu amor, compreensão, companheirismo e pensamentos positivos foram fundamentais para que eu concluísse este trabalho.

Agradeço também aos professores Eduardo Filippi, Flavio Fligenspan, Maria Heloísa Lenz e Pedro Bandeira, docentes sempre prestativos e dispostos a ajudar seus alunos. Suas atitudes e dedicação servirão de exemplo para toda a minha vida. Também agradeço à Prof<sup>a</sup> Sandra Pesavento, amiga da Prof<sup>a</sup> Lenz, pessoa que não tive a oportunidade de conhecer, pois, infelizmente, nos deixou no corrente ano.

Agradeço as sempre prestativas e educadíssimas bibliotecárias da FEE e funcionárias da CONGRAD da Economia.

Agradeço as “segundas-famílias” que me adotaram durante a vida, pessoas muito especiais que sempre me tratam com todo carinho e cordialidade, fazendo com que eu me sinta parte legítima de suas famílias. Quero que todos saibam o quanto especiais essas pessoas são para mim: Adelina Puhl Sehn e família; Ana Novelli e seus filhos Rafael Macedo e Luciano Macedo; Haidy Salter e seus filhos Fernando Diedrich e Marcos Paulo Diedrich; Iris Müller e seus filhos Henrique Goldani e Daniel Goldani; Libória Kipper e seus filhos Lucas Warken e Marcos Warken; Rose Sodr e e seus filhos Junior, Dieferson, Bruno, Vinícius e Felipe; Zuleica Madeira e seu filho Istrauss Madeira.

Agradeço também à “coloradagem” do Ritrovo Bar (irmãos Marcelo e Márcio, irmãos Gil e Beto e a turma dos MA.CA.CO), ao meu primo Vitor Hugo Athan sio e seu filho Márcio e aos grandes amigos do Vale do Taquari: Alana Pavi, Alex Soster, Cris Pretto, Daniela Blume, Estevão Polis, Fábio Nyland, Filipi Xavier, Guilherme Pereira, Guilherme Trentini, Ita Susin e filhos, Janaina Nicolay, Jonathan Schneider, Jorge Faedo, Julia Thom e, Leandro Cenci, Leser Lopes, Luis Trevisol, Luis Henrique Guth, Marcelo Bertoglio, Nardi Jr., Marcelo Klein, Paulo Tasca, Ricardo Peruffo, Rose Wanderer, Sandro Soldi e Tiago Weber.

Encerro agradecendo aos amigos que tanto admiro por suas atitudes e companheirismo. Pessoas que, independente da distância e da ausência, são sempre exemplos de vida para mim: Cláudio Espíndola, Cléo Almeida, Daniel Ferreira da Silva, Germano Sch ur, Henry Arevalo, Luis Ariel Barreto Gamarra, Márcio de Sousa Soares, Marco Esteves Del Valle, Paulo Alen Silva, Piotr Trzeczcy ski, Saulo Cunha e Vinícius Vargas.

Todas essas pessoas fazem parte das melhores lembranças da minha vida e t -los como amigos, certamente, me torna uma pessoa melhor.

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo abordar a influência que a Colonização Alemã teve na mudança do eixo econômico do Rio Grande do Sul, momento histórico deflagrado a partir do último quartel do século XIX. Através da História Econômica e da Teoria Econômica apresenta-se os motivos que levaram ao declínio econômico da chamada Região da Campanha e à ascensão da Região Colonial. A combinação de fatores intrínsecos a cada Região, como características históricas, evolução econômica, formação da sociedade, relações comerciais e os diferentes tipos de industrialização determinaram a ascensão da Região Colonial e a perda de participação econômica da Campanha gaúcha.

**Palavras-chave:** Rio Grande do Sul, Formação Econômica, Colonização Alemã, Imigração Alemã, Charqueadas, Comércio, Industrialização.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo do da colonização imperial.....	33
Quadro 2 - Lei Provincial n ° 229 de 04/12/1851 .....	35
Quadro 3 - Lei Provincial n ° 304 de 30/11/1854 .....	36
Quadro 4 - Resumo colonização provincial.....	38
Quadro 5 -Resumo do colapso da colonização .....	40
Quadro 6 -Resumo segunda colonização provincial .....	41
Quadro 7- Resumo da liquidação da colonização .....	42
Quadro 8 Resumo dos métodos utilizados para explicar as diferenças regionais ....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação de alguns produtos no valor das exportações do Rio Grande do Sul.....	67
Tabela 2 - Participação percentual do PIB das Regiões no total do Rio Grande do Sul .....	67

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 DO “CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE” ATÉ O SURGIMENTO DAS CHARQUEADAS: A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA.....</b>	<b>8</b>
<b>3 A PECUÁRIA E O CICLO ECONÔMICO DO CHARQUE NO SUL DO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E DECLÍNIO .....</b>	<b>14</b>
<b>4 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>20</b>
4.1 A SITUAÇÃO NA ALEMANHA E O CONTEXTO BRASILEIRO .....	20
4.2 O SENTIDO DA IMIGRAÇÃO EUROPÉIA PARA O BRASIL E AS DIFERENÇAS DA COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E DA IMIGRAÇÃO EM SÃO PAULO.....	23
4.3 FASES DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL .....	29
4.4 PEQUENA PROPRIEDADE E INSERÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL NO MERCADO GAÚCHO .....	43
<b>5 A INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>47</b>
5.1 ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL .....	47
5.2 AS DIVERGENTES TEORIAS SOBRE A ORIGEM DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO SUL: AS TESES “DO ARTESANATO” E “DO COMÉRCIO” .....	52
5.3 DIFERENÇAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NAS REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL .....	59
<b>6 A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA MUDANÇA DO EIXO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>63</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES .....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, através da utilização da História Econômica e da Teoria Econômica, pretendo colaborar para o debate acerca das peculiaridades que cercaram a ocupação e a colonização do Brasil Meridional e seus reflexos na formação econômica gaúcha.

Esse trabalho versará sobre a Colonização Alemã, iniciada em 1824, e como esta influenciou a mudança do eixo econômico do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX.

O mesmo surto industrial que trouxe prosperidade para muitos, levou tantos outros à pobreza e miséria naquela Alemanha<sup>1</sup> do século XIX. A opção para aliviar as tensões sociais foi a emigração. Junto com as esperanças e anseios daqueles imigrantes veio uma “mentalidade schumpeteriana”<sup>2</sup>, ou seja, inovadora, dinâmica e baseada na oportunidade de crescimento. Foram esses imigrantes os responsáveis pela inserção de uma dinâmica no meio econômico-político-social gaúcho. Enfim, uma visão totalmente diferente da existente, até então, nos agentes econômicos do Rio Grande do Sul.

Poucos anos depois de estabelecidos no Rio Grande do Sul, formaram uma até então desconhecida classe média gaúcha. Uma classe capaz de acumular capitais e reinvesti-los das mais variadas formas, quer seja na sua policultura, no artesanato, comércio, transportes e unidades industriais.

Já no final do século XIX, estavam consolidadas as bases econômicas que determinariam a mudança no eixo econômico do Rio Grande do Sul, em detrimento da Zona da Campanha, conhecida também como “Metade Sul”<sup>3</sup>, e favorecendo a “Metade Norte-Nordeste”, ou seja, aquela ocupada pela colonização européia.

O segundo capítulo constitui um resumo histórico da formação econômica do Rio Grande do Sul, desde suas origens até o início das charqueadas.

---

<sup>1</sup> A Unificação Alemã foi um processo iniciado em meados do século XIX e finalizado em 1871. Sob a liderança da Prússia de Otto Von Bismarck, a vitória na Guerra Franco-Prussiana (1870-71) culminou com a integração e posterior unificação dos 39 estados germânicos em apenas um: a Alemanha e a formação do Segundo Reich (Império) alemão.

<sup>2</sup> Segundo Schumpeter, o agente empreendedor é aquele que fomenta a vida econômica, aquele que inova e busca melhores resultados.

<sup>3</sup> Por “Metade Sul” nos referimos a Região Sul (Bandeira, 1994) ou Campanha (Fonseca, 1983). Quando nos referimos a “Metade Norte”, entende-se a Serra e o Planalto gaúchos (Fonseca, 1983), ou as soma da Região Norte e da Região Nordeste (Bandeira, 1994). No transcorrer deste trabalho, as duas Metades também serão respectivamente caracterizadas como Campanha e Região Colonial, sendo estes sinônimos para as regionalizações.



No terceiro capítulo, será apresentado um breve histórico da pecuária e do ciclo econômico do charque: sua importância como setor dominante na economia gaúcha as relações econômicas pertinentes a esta cultura, além das consequências e reflexos de seu declínio.

No quarto capítulo, será abordado a Colonização Alemã sob os mais diversos aspectos: os motivos que levaram à emigração, os porquês de virem para o Brasil, as diferentes formas de estabelecimento no Brasil, a cronologia histórica da colonização no Rio Grande do Sul e de como ocorreu sua inserção no mercado gaúcho.

O quinto capítulo terá como tema as origens do processo de industrialização no Rio Grande do Sul, suas teorias e a participação dos alemães nesse processo.

O sexto capítulo será uma retomada dos mais diversos assuntos apresentados nos capítulos terceiro, quarto e quinto e de maneiras estes convergiram para a ascensão daquela região colonizada, primeiramente, pelos alemães em detrimento da Zona da Campanha.

## **2 DO “CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE” ATÉ O SURGIMENTO DAS CHARQUEADAS: A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA**

A região que atualmente corresponde ao estado do Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao resto do Brasil Colonial. Por cerca de quase dois séculos permaneceu desvinculada do processo de ocupação e exploração que caracterizou o colonialismo português na América.

A região foi descoberta no início do século XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Dessas típicas viagens da fase pré-colonizadora, resultaram registros e descrições da costa gaúcha, assim como a generalização do nome “Rio Grande de São Pedro” (PESAVENTO, 1985a, p.7).

Porém, toda a região ficou inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante da América Portuguesa desenvolviam-se os engenhos de cana-de-açúcar. Por não ser uma zona tropical e localizar-se no extremo sul dos supostos domínios lusitanos, a região, definitivamente, não se integrava nos moldes da monocultura agroexportadora canavieira.

Na Europa, paralelamente, ocorria a transição do Feudalismo para o Capitalismo, proporcionando uma primeira acumulação de capitais. A exploração colonial era fundamental para esse processo, pois era através da exploração dos recursos das colônias que se dava a acumulação de capitais nas metrópoles. Essa exploração constituía-se na extração de riquezas minerais e, conforme os interesses e necessidades do capitalismo emergente, na produção agrícola colonial.

Por não se enquadrar em nenhum desses casos, a exploração e ocupação do Rio Grande do Sul não tinha sentido. Durante todo o século XVI e parte do XVII, o interesse dos capitalistas e exploradores portugueses dirigiu-se para o Nordeste, com total desinteresse pelo Extremo Sul do Brasil.

Foi durante o Domínio Espanhol (1580-1640) que surgiram as primeiras tentativas de expansão rumo ao sul do Brasil. Aproveitando-se daquele momento conturbado vivido por Portugal, os holandeses apoderaram-se das zonas africanas fornecedoras de mão-de-obra negra e também do nordeste brasileiro. A consequência imediata foi a falta de escravos para o restante do Brasil não-holandês.

Nessa época, São Paulo era também uma região desvinculada do processo

agroexportador. A demanda por mão-de-obra escrava gerada pela ocupação holandesa fez com que São Paulo se especializasse na captura de índios para vendê-los como escravos na zona açucareira. Quando se esgotaram as possibilidades de captura de índios nos seus domínios, as bandeiras paulistas lançaram-se contra as reduções indígenas paraguaias estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus. Por já ter os índios adestrados para o trabalho, as Missões Jesuíticas tornaram-se uma importante fonte de recursos para os bandeirantes paulistas.

Para fugir desses ataques, as Missões Jesuíticas abandonaram o território paraguaio e, em 1626, estabeleceram-se em território rio-grandense, na chamada Zona do “Tape”<sup>4</sup> (PESAVENTO, 1985a, p.4). Essas reduções dedicaram-se à agricultura e formaram estâncias de criação de gado trazido da província argentina de Corrientes.

Os bandeirantes persistiram no enalço desses índios e, em 1638, deu-se o combate final, com a captura em massa de índios e o abandono da região por parte de jesuítas e índios remanescentes, que se retiraram para a outra margem do Uruguai. Nessa mesma época, com o fim do Domínio Espanhol, os portugueses conseguiram expulsar os holandeses de Pernambuco e da África, conseguindo assim, restabelecer a normalidade do tráfico negreiro para o Brasil. Com isso, os bandeirantes não mais tinham o porquê de vir ao Rio Grande do Sul, já que a mão-de-obra indígena sempre foi considerada uma alternativa à falta de negros.

Foram-se os jesuítas e os índios, mas os rebanhos de gado criados naquelas estâncias das missões rio-grandenses ficaram completamente abandonados no pampa e, reproduzindo-se à solta, tornaram-se selvagens e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria del Mar” (PESAVENTO, 1985a, p.9).

A retirada jesuítica para além das fronteiras gaúchas legou o fundamento econômico básico da apropriação da terra gaúcha: a captura do gado xucro que somado ao binômio contrabando-fronteira constituiu-se o “nascimento histórico-econômico do Rio Grande do Sul” (PESAVENTO, 1985b, p.20).

O fim do Domínio Espanhol acarretou numa redução do Império Colonial Luso, pois Portugal foi obrigado a fazer concessões aos ingleses e holandeses, perdendo assim colônias na África e no Oriente. O Brasil passou a ser a principal

---

<sup>4</sup> “esta área estendia-se pela Bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado com os contrafortes das serras do Mar e Geral e com o rio Uruguai, por outro”.

fonte de sustentação portuguesa e, para otimizar seus lucros no Brasil, áreas ainda não exploradas passaram a ser foco de interesse. Nessa nova mentalidade, destacou-se principalmente a Zona do Prata.

O porto de Buenos Aires, fundado em 1580, na margem sul do estuário do rio da Prata, era um dos mais importantes portos para o escoamento das riquezas coloniais da América espanhola.

Dentro da política mercantilista vigente na época e das regras do monopólio comercial, a Espanha procurou preservar para si a todo custo o controle desse porto. As demais nações, que nessa “corrida colonial” não eram proprietárias de zonas fornecedoras de riquezas metálicas, procuravam desviar estas riquezas, burlando o monopólio espanhol através do contrabando. Nessa prática escusa, destacaram-se os ingleses, através da prática da pirataria e da ação de corsários, esses inclusive atuando com a anuência da Coroa Britânica.

Nas palavras de Pesavento (1985b, p. 20):

Foi justamente em função da expectativa do contrabando com a região do Prata que o Rio Grande do Sul tornou-se uma zona de litígio e enfrentamento entre Coroas Portuguesa e Espanhola. A partir dessa motivação econômica, o Rio Grande do Sul tornou-se uma fronteira viva e ponto de choque entre dois impérios em expansão.

Portanto, não foi a mera ambição pela posse territorial que fez com que o extremo sul se tornasse um palco de lutas constantes, mas sim a perspectiva de, através do controle da região, aumentar as chances de acumulação de capital das potências envolvidas.

Em 1680, a fundação da Colônia de Sacramento, na margem norte do rio da Prata, referendou os interesses portugueses na região. Várias vezes tomada, cercada e reconquistada, esse núcleo português no Prata representou um interesse estratégico-militar de conservação da área. Além da preservação do ilícito comércio de contrabando, Sacramento implicou também no conhecimento - por parte dos portugueses - da imensa reserva de gado que havia se formado na “Vacaria del Mar”, desde o já citado abandono jesuítico.

Desenvolveu-se uma atividade de caráter predatório, onde se caçava o gado selvagem para dele extrair o couro que era exportado para a Europa. Essa caça era feita por diversos grupos sociais: portugueses de Sacramento, índios missionários (a mando dos jesuítas que haviam retornado ao Rio Grande do Sul em 1682),

“acioneros” de Santa Fé, de Corrientes e mesmo de Buenos Aires, que capturavam o gado com consenso das autoridades espanholas, além de grupos que “vaquejavam por conta própria” e vendiam os couros a quem lhes pagasse mais. Até ingleses estabeleceram entreposto comercial para lucrarem com a exploração do couro.

Nesse período a carne não era considerada um bem econômico, sendo consumida no local aquela necessária à subsistência e o restante abandonado. Toda essa preia de gado xucro (ou “chimarrão”) para comercialização de couro movimentou o extremo sul, atraindo atenções para a região, que passou a ser conhecida pela sua riqueza pecuária.

No final do século XVII, a realidade colonial brasileira sofre um processo de renovação. A decadência do ciclo açucareiro foi compensada pela descoberta de minas de ouro na Zona das Gerais. Começa o processo de interiorização do Brasil e, aliada à distância do litoral, a mineração fez surgir um mercado interno no Brasil. Neste momento que aqueles rebanhos de gado do sul do país assumem relevância econômica, pois conectam o Rio Grande do Sul à Zona das Gerais, como economia subsidiária da economia central de exportação.

Para o Rio Grande, retornam paulistas e lagunistas com objetivos de prear o gado xucro e levá-lo até a zona mineradora. Laguna tornou-se o foco de irradiação desse movimento para o sul, um movimento espontâneo, mas que contava com o incentivo da coroa portuguesa. O interesse popular era a captura do gado, mas a perspectiva da Coroa era o povoamento da região até Sacramento, mantendo a função estratégica de ponto de apoio para a conservação do domínio luso no Prata.

Surge a figura do tropeiro, um chefe de um bando armado. O tropeio do gado fazia-se com o arrebanhamento de gado vacum vivo para corte e de muares para uso no transporte na região das minas. Esses animais eram levados até as feiras de Sorocaba e de lá outros grupos de tropeiros encarregavam-se de entregá-los nas Gerais. Os rebanhos muares existiam em território argentino, pois abasteciam as já decadentes minas de Potosi. Com o declínio da mineração andina e o surgimento desta na Zona das Gerais, o comércio destes muares migra para a região das Gerais. Foram constantes os enfrentamentos armados entre castelhanos e tropeiros para controlar essa nova rota de comércio desses muares.

Nessa fase de tropeio que se abrem as primeiras vias de comunicação do Rio Grande do Sul com o restante do Brasil: a estrada do litoral em 1703 e a estrada da

serra em 1727. Convém esclarecer que o território gaúcho da época era uma estreita faixa de terra entre Laguna e Sacramento e o pampa era uma terra sem divisas e sem dono.

Toda essa demanda pelo gado selvagem, para atender a demanda da região mineira, acabou por causar a devastação do rebanho. A atividade predatória deveria ser substituída pela reposição do gado. Além disso, tropeiros bem sucedidos viram possibilidades de aumentarem seus lucros se investissem na criação. A Coroa Portuguesa, vendo as dificuldades de conservar Sacramento, considerou ser conveniente que o território entre o Prata e Laguna fosse ocupado.

Por volta de 1730, toda essa conjuntura de fatores determinou o processo de distribuição de sesmarias para o estabelecimento de estâncias. As sesmarias eram terras desocupadas que a Coroa doou como prêmio àqueles tropeiros que se destacaram nas lides guerreiras ou como pagamento aos soldados da Colônia de Sacramento ou do Forte de Rio Grande. Foram concedidas primeiramente na região que se estendia entre Tramandaí e os campos de Viamão, passando por Gravataí, posteriormente foram concedidas na fronteira com o Uruguai e Argentina, sendo estas fundamentais na defesa dos interesses da Coroa Portuguesa na região.

As estâncias foram uma solução à devastação do gado e à definição da posse da terra. A criação era extensiva e utilizava-se da mão-de-obra de peões. Esses eram elementos integrantes do antigo bando armado que tropeara o gado ou de índios egressos das missões. O uso de escravos negros não era comum, pois a atividade não era compatível com as características da condição escrava e também por que essa economia de criação, não foi capaz de propiciar uma acumulação propícia para o investimento em escravos.

Vê-se aqui, claramente, uma grande diferença no processo de distribuição de sesmarias do Nordeste e do Rio Grande do Sul: enquanto naquela região a capitalização prévia era um requisito básico para a obtenção da terra, no Rio Grande do Sul sesmarias eram concedidas como retribuição a serviços militares prestados, prevalecendo em relação à disponibilidade de recursos.

Estâncias e estancieiros militarizados faziam parte de um mesmo contexto. Continuaram as lutas contra os castelhanos pela posse do gado e, agora, também pela posse da terra.

Conforme Pesavento (1985a), dessa forma estabeleceram-se as bases de uma sociedade guerreira, afeita à violência e ao contrabando e baseada na posse

da terra e do gado.

Assim definia-se a forma de vinculação da economia gaúcha à economia central de exportação brasileira: subsidiária, fornecedora para o mercado interno, que passava a estruturar-se na zona mineradora. Mesmo após o declínio econômico das Gerais no final do século XVIII, quando então houve uma retração da demanda de animais para corte e tração, tal característica à economia central foi mantida, não causando decadência da economia sulina, pois dois novos produtos surgiram na economia local: o trigo e o charque, produtos também voltados para atender o mercado interno brasileiro.

O trigo surgiu no Rio Grande do Sul em meados do século XVIII. Trazido pelos casais açorianos que estabeleceram núcleos em Mostardas, Estreito, São José do Norte, Taquari, Santo Amaro, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira e Conceição do Arroio.

A partir de 1780, o trigo aparece expressivamente nas exportações gaúchas, sendo capaz de promover a riqueza de alguns e a aquisição de escravos negros para a ampliação da lavoura. Porém, o cultivo tritícola enfrentou uma série de dificuldades, oriundas tanto da precariedade técnica quanto de sua inserção num mercado extremamente competitivo. Concomitante a esse quadro, a própria Coroa colaborava para agravar a situação: requisições da produção para alimentar as tropas, suas falsas promessas de ressarcimento e o recrutamento militar entre os açorianos prejudicavam a produção de trigo.

Além disso, o trigo dos Estados Unidos, França e Prússia entrava no Brasil protegido por baixas taxas de importação. Portugal, em virtude de sua decadência como potência, era compelido a assinar tratados em condições desvantajosas, rebaixando as tarifas alfandegárias.

Dentro da lógica do antigo sistema colonial, onde a economia metropolitana não podia sofrer concorrência da colonial, o trigo rio-grandense foi proibido de entrar em Portugal a partir de 1793, para não fazer concorrência com a produção das ilhas portuguesas do Atlântico.

O fim ao estímulo de novas plantações deu-se com a praga da “ferrugem” que atingiu os trigais gaúchos em 1814. Aqueles açorianos que haviam conseguido acumular algum capital com o trigo, migraram para a atividade que, paralelamente, emergia e se mostrava mais produtiva: a mercantilização da pecuária através do charque.

### **3 A PECUÁRIA E O CICLO ECONÔMICO DO CHARQUE NO SUL DO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E DECLÍNIO**

Conforme Cardoso (1977), o charque proporcionou a riqueza capaz de introduzir em grande escala o escravo no Rio Grande do Sul e constituiu uma camada senhorial enriquecida, entretanto, sem a mesma estrutura aristocrática que o açúcar criou no Nordeste. A capitalização mais baixa da pecuária gaúcha gera um menor refinamento dos hábitos e costumes, além de um menor distanciamento social.

Aproveitando a matéria-prima fornecida pelos rebanhos de suas estâncias, o Rio Grande do Sul tornou-se, a partir do século XIX, o principal fornecedor de charque para o mercado brasileiro (PESAVENTO, 1985b, p.22). Criou-se um novo mercado, posto que superada a perecibilidade através do salgamento, a carne passa a ter um novo valor econômico e surge uma organização produtiva integrada a um mercado que independia das flutuações da economia nacional, pois o charque torna-se a base alimentar dos escravos da lavoura agroexportadora do centro do país. Antes das charqueadas, o processo de produção não era organizado e baseado apenas na subsistência; o gado era disperso e pertencente a todos; no momento em que a carne torna-se um produto de comércio, surge uma alteração na estrutura da Campanha.

As charqueadas platinas - os “saladeros” - levavam vantagem em relação ao charque gaúcho por usarem mão-de-obra livre e assalariada, além de receberem todo o amparo governamental por ser a atividade principal do Vice-Reino do Prata. Beneficiavam-se ainda com a isenção de impostos para exportação do charque e para a importação do sal (vindo da região espanhola de Cádiz), além de contar com milícias criadas para protegê-los do contrabando.

Após a Revolução Farroupilha, a pecuária sulina foi beneficiada tanto pelos acordos econômicos entre o Governo Central e o Rio Grande do Sul<sup>5</sup> (PESAVENTO, 1985a, p.40) como pelas perturbações ocorridas no Prata.

A partir de 1810, as guerras de independência no Prata interromperam a prosperidade dos “saladeros” platinos. Desorganizaram toda a atividade na região e causaram uma instabilidade política que favoreceu as charqueadas gaúchas, que

---

<sup>5</sup> Como exemplo: elevação de 25% da taxa alfandegária sobre o charque importado e o pagamento pelo governo central das dívidas contraídas pelos estancieros, durante a Revolução.



passaram a receber o gado platino.

Em 1830, com a independência da Banda Oriental, começou o reerguimento dos “saladeros”. Em 1838, foi introduzida a máquina a vapor, possibilitando a exploração dos subprodutos da carne, como a graxa. Os “saladeros” passaram a localizar-se no litoral, próximos ao local de embarque da produção, diminuindo custos, além de terem melhorias sanitárias como a canalização dos resíduos diretamente para o mar.

Todavia, este surto de desenvolvimento foi prejudicado pela “Guerra Grande”, entre as forças platinas de Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina) contra o Brasil aliado a Urquiza (governador de Entre-Rios) e Artigas (chefe uruguaio, “colorado”).<sup>6</sup>

Durante o conflito o gado uruguaio foi contrabandeado para as charqueadas sulinas, sendo alvo das chamadas “califórnicas” promovidas por estancieiros gaúchos (PESAVENTO, 1985a, p.41).

Os termos do tratado que assinalaram a derrota de Oribe, sedimentaram a desorganização da atividade dos “saladeros” uruguaio: estabeleceram que o gado uruguaio não pagaria impostos nas alfândegas brasileiras e que o charque platino seria onerado com taxas para entrar no país. Assim, beneficiaram-se as charqueadas gaúchas, com a possibilidade de obtenção de matéria-prima a baixo preço, e também pela dificuldade da entrada do concorrente no mercado interno.

Dentro destas condições específicas, marcadas pela perturbação nas economias concorrentes e pela possibilidade de barganhar através de seu poderio militar face às necessidades do poder central, as charqueadas rio-grandenses tiveram relativas condições de prosperar.

Considerando, ainda, que a oferta de mão-de-obra escrava, antes de 1850, era abundante, que era possível obter-se gado a baixo preço e que a aquisição de terra era gratuita (regime de concessão de sesmarias), pode-se concluir que os custos da produção eram relativamente baixos.

Entretanto, essa situação favorável não perduraria por muito tempo.

Como mostra Pesavento (1985a, p.41-42):

---

<sup>6</sup> Também conhecida como Guerra do Prata, foi um conflito entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do Rio da Prata. A guerra foi travada de agosto de 1851 a fevereiro de 1852, entre as forças da Confederação Argentina, e as forças da aliança formada pelo Império do Brasil, Uruguai e províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes.

A crise das charqueadas rio-grandenses iria se revelar a partir da década de 1860. A partir de 1850, com a lei Euzébio de Queiroz, foi extinto o tráfico negreiro, coincidindo esta medida com o movimento ascensional do café e abertura de novas frentes pioneiras. Face à impossibilidade de obtenção de novos negros da África, a mão-de-obra escrava excedente que havia no Brasil foi deslocada para a zona do café, eixo central da economia brasileira. Tal mecanismo se dava dentro de um processo mais amplo, desenvolvido ao longo do século XIX, que faria o Brasil transitar de uma economia escravista para uma economia baseada na mão-de-obra livre. No Rio Grande do Sul, este processo manifestou-se, na perspectiva dos grupos escravistas locais, como “uma crise de braços”. Economia subsidiária da economia central de exportação, a sulina tinha parte de seus ganhos captados pelo centro. Frente à dificuldade de obtenção de mão-de-obra e à elevação do seu preço, a maior parte dos gastos incidia na reposição da força-trabalho.

Por ser dotada de maiores possibilidades de acumulação que as charqueadas, a economia cafeeira recorreu à imigração europeia – antes mesmo de 1850<sup>7</sup> - para solucionar o problema da falta de escravos.

Como será apresentado, o propósito da vinda de europeus para o Rio Grande do Sul não foi o de trabalho assalariado substitutivo ao do escravo.

As poucas experiências nesse sentido enfrentaram barreiras de ambas as partes, produtores e trabalhadores: os europeus não estavam dispostos a enfrentar a dura rotina de trabalho das charqueadas e os proprietários não estavam acostumados a lidar com o trabalhador livre, desejavam fazer deste o mesmo uso que faziam do escravo (CARDOSO, 1977, p.155-6).

Além dessas relações conflitantes, os altos custos para realizar a importação de trabalhadores europeus restringiram o uso desses trabalhadores livres nas charqueadas.

Portanto, diferentemente da zona cafeeira, nas charqueadas gaúchas, a solução encontrada foi a continuação do uso de escravos. As charqueadas gaúchas passaram a ser conhecidas como o “purgatório dos negros”. (PESAVENTO, 1985a, p.41).

O sistema escravista, pelo seu funcionamento, apresentava-se como uma “economia de desperdício” da força de trabalho (CARDOSO, 1977, p.173): somente através do aumento do número de horas de trabalho ou do aumento do número de escravos que se obtinha maior produção. Além disso, a produção de cada escravo

---

<sup>7</sup> Em 1847, através do Senador Vergueiro, iniciou-se em São Paulo, a vinda de imigrantes europeus para o trabalho nas lavouras de café. A alternativa, num primeiro momento, mostrou-se satisfatória, levando esse senador a criar uma firma de importação de trabalhadores. Porém, esse processo logo foi suspenso pela inaptidão em lidar naquele momento com trabalhadores livres.

só “motiva-se” através da coerção física e de vigilância constante. Essa repressão desgastava mais rapidamente as forças do escravo, encurtando sua vida média; ou seja, mais rapidamente se fazia necessária a reposição do escravo.

Cada nova compra, exigia maior investimento de capital para a aquisição de um “artigo” que rareava no mercado e que só “rendia” mediante o emprego da violência física; o objetivo era fazer o escravo “reembolsar” o valor nele investido no menor tempo possível; intensificar sua produção significava aumentar o número de feitores, que por ser função remunerada, implicava mais gastos para o charqueador. Essa “lógica produtiva” criava sérios problemas num tipo de atividade produtiva como a charqueadora, que se realizava por safra.

O trabalho escravo apresentava-se como um freio de especialização e divisão do trabalho e impossibilitava uma maior racionalização de produção, contribuindo para que a capitalização da economia sulina fosse mais baixa (PESAVENTO, 1985a, p.42).

Tais contradições, inerentes ao escravismo enquanto sistema, tenderam-se a agravar quando a conjuntura tornou-se desfavorável, ou seja, quando se revelou a “crise dos braços”, a partir da segunda metade do século XIX e quando os concorrentes platinos se rearticularam.

A partir da década de 1860, os “saladeros” platinos passaram por uma série de inovações, tornando-se verdadeiras empresas capitalistas (PESAVENTO, 1985a, p.43): como empregavam mão-de-obra assalariada, intensificaram a divisão social do trabalho com operários executando tarefas cada vez mais especializadas, recrutados conforme as necessidades de cada “saladero”.

O uso de máquinas a vapor nos “saladeros” intensificou o aproveitamento regular do boi, permitindo a obtenção de uma gama variada de subprodutos: couros salgados e secos, graxa, sebo, sangue, esterco... Melhorias sanitárias, aparelhamento dos portos, construção de vias férreas e intensa propaganda, na Europa, dos produtos uruguaios foram manifestações desta renovação (PESAVENTO, 1985a, p.43).

Como era a economia central do país, gozavam os “saladeros” do mais amplo amparo governamental e com toda uma legislação protecionista.

O resultado final de todo esse contexto foi o incremento de produtividade e a possibilidade de colocação, no mercado interno brasileiro, de um artigo a preço mais baixo que o do charque rio-grandense.

No mercado interno brasileiro, defrontavam-se os interesses de um produto de uma economia subsidiária escravista e em crise – charque rio-grandense – com os de uma economia central assalariada e em ascensão – “saladeros”. A forma que os charqueadores gaúchos teriam para vencer o concorrente platino seria através do controle dos mecanismos decisórios de poder, subordinando a orientação da política econômica nacional aos seus interesses.

Porém, tais pretensões rio-grandenses esbarravam no fato de que a economia gaúcha era subordinada aos interesses do centro do país, o que limitava a autonomia e a determinação política da aristocracia sulina em assuntos considerados de “interesse nacional”.

O interesse do centro era baratear o charque, do qual era comprador. Esporadicamente, Rio Grande do Sul fazia valer a nível político os seus interesses e conseguia a limitação da entrada do charque estrangeiro. Porém foi impossível manter uma constância nesta linha de ação.

A economia charqueadora era descapitalizada e seus problemas surgiram porque “faltavam negros” e porque o Rio Grande do Sul era “dominado pelo centro”. A descapitalização tanto atuava no sentido de não possibilitar a compreensão total dos problemas enfrentados, quanto limitava também as soluções possíveis de serem achadas para o caso rio-grandense.

Nos quadros do império, os charqueadores buscavam resolver seu problema pela antecipação da abolição da escravatura, o que se deu em 1884. Entretanto, o princípio adotado foi o da libertação com a “cláusula de prestação de serviços”, o que implicava que o senhor permanecesse com o trabalhador à sua disposição, para uso de acordo com suas necessidades reais e repassando os gastos de manutenção para o próprio liberto, agora chamado de “contratado”. Significava, em última análise, extinguir a escravidão sem extinguir os escravos. Nas palavras de Cardoso (1977, p.234): “Suprimir a escravidão conservando o escravo”.

Limitava-se, com isso, a própria generalização das relações assalariadas de produção nas charqueadas sulinas, comprometendo o desenvolvimento do capitalismo na região.

Paralelamente a esse momento desfavorável e sem perspectiva de mudanças vivida pela economia charqueadora, a colonização alemã, iniciada em 1824, já fazia surgir um próspero núcleo de atividade rural no Rio Grande do Sul.

Como será apresentado nos capítulos seguintes, o caminho do continuísmo

no escravismo, seguido pelos charqueadores gaúchos fez com que ano a ano a chamada “Metade Sul” perdesse cada vez mais sua importância relativa na Província em favor das emergentes regiões “Norte e Nordeste”; ou seja, aquelas regiões colonizadas por europeus, primeiramente pelos alemães, onde se desenvolveu uma nova e exitosa forma de exploração da terra e da utilização da mão-de-obra. Além de produzirem gêneros alimentícios para o consumo local, também exportavam para todo o resto do Império – uma vez que o café ocupava todo o espaço possível no centro do país, devido a sua margem maior de lucro -, portanto o Rio Grande do Sul – mesmo com o declínio do charque – continuaria através da Zona Colonial, sua característica de economia complementar do setor exportador da economia nacional, atendendo aos interesses do grande setor exportador da economia nacional.

Em poucos anos houve um crescimento da importância dos produtos agrícolas coloniais nas exportações da Província, formando-se daí o senso comum de que o trabalho livre seria a solução dos problemas econômicos gaúchos.

Charqueadores e pecuaristas ao não perceberem as conseqüências futuras do revés escravista ficaram inertes perante a nova realidade que se apresentava. Quando esta se evidenciou, foi encarada como uma limitação particular de um setor decadente, já que a economia colonial estava prosperando e as charqueadas estavam estagnadas desde a “crise dos braços” e o restabelecimento da paz no Prata.

Conforme Cardoso (1977, p. 215-6):

[...] no Rio Grande do Sul, [...], nenhuma grande ruína seria provocada pela Abolição imediata. Numericamente o setor que seria mais duramente alcançado pelos efeitos da Abolição era o dos serviços domésticos, de nenhuma significação no plano da produção econômica; realmente só as charqueadas teriam de enfrentar sérios problemas com a transição da escravidão para o trabalho livre.

## 4 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, será apresentado o contexto que determinou o êxodo dos alemães e o porquê do Rio Grande do Sul ser o destino desses emigrantes. Baseado na cronologia de Roche (1969), será feita uma apresentação das Fases dessa Colonização e de como deu-se sua inserção no mercado regional.

### 4.1 A SITUAÇÃO NA ALEMANHA E O CONTEXTO BRASILEIRO

Até o início do século XIX a Alemanha foi essencialmente rural, porém, as revoluções agrícola e demográfica que ocorreram naquele século, serviram de fatores propulsores ao desenvolvimento do processo de industrialização e atuaram também como um fator de expulsão de efetivo humano desse país.

O fato principal desta revolução agrícola foi a abolição da estrutura feudal: o camponês, que como servo ocupava uma terra que podia transmitir aos seus descendentes, torna-se proprietário dela, com a condição de ceder 1/3 ao senhor. Esta reforma tem como efeito a libertação do camponês médio, que, tendo cedido 1/3 de suas terras, pode garantir a propriedade do que lhe restou e pode constituir uma exploração contínua e suficiente para o sustento familiar. Já o pequeno camponês, vê-se reduzido a uma pequena exploração, que deixou de ser um sustento econômico, pois para sobreviver, teve de empregar-se como trabalhador agrícola do senhor, ou arrendar terras suplementares. Além disso, com as sucessivas divisões e diminuição da propriedade a cada nova partilha, pela transmissão de herança, essas terras passaram a ser cada vez menores e, na condição de minifúndio, não deixaram alternativa senão a de buscar melhores condições através da emigração para outros países.

A revolução agrícola alemã atuou como fator repulsor de efetivo humano e a grande maioria dos imigrantes germânicos que vieram para o Brasil no século XIX eram camponeses desprovidos de condições para proverem seu sustento com o trabalho na terra:

Nas regiões [...] do Sul e do Sudeste da Alemanha, depois de cada colheita má, principalmente na Badênia e no Palatinato, a fome forçava milhares de citiães alemães a emigrar, tornando-os presa fácil de agentes estrangeiros. Independentemente destes fatos intermitentes, os sítios e chácaras eram de tal maneira retalhados, que mesmo em épocas boas, não comportavam mais o número de pessoas que deles procuravam manter-se. Para se fazer uma idéia do grau de divisão da propriedade, basta dizer que, por vezes, o dote concedido à filha casadeira era constituído por uma única árvore frutífera. (Willems 1940, p. 43 *apud* LANDO; BARROS, 1992, p.14)

No que tange à industrialização, até 1860, a Alemanha teve, essencialmente, o regime de artesanato doméstico. Esse atraso no desenvolvimento industrial é responsável também pela liberação de excedentes populacionais que o sistema de produção vigente não conseguia absorver. A origem desse atraso no processo de industrialização tem suas origens nas conseqüências advindas com o fim da Guerra dos Trinta Anos, das quais a mais desastrosa foi a desunião política. Numa época em que o mercado nacional dependia da unidade nacional e do centralismo político, a Alemanha encontra-se retalhada em partes independentes e sem condições de promover seu próprio desenvolvimento.

Com a unificação dos 39 estados alemães - impelida pela Prússia em 1871 - a Alemanha deixou de ser essencialmente rural e, rapidamente, se industrializou. Um grande contingente de mão-de-obra foi captado para trabalhar nas fábricas, porém ocorre a falência dos artesões e trabalhadores da indústria doméstica, pois esses não tiveram condições de competir com as emergentes grandes fábricas.

O caso da industrialização alemã foi diferente do ocorrido na Inglaterra, onde a expansão industrial caracterizou-se pelo espírito individualista do empresário independente (LANDO, BARROS, 1992, p.12). Na Alemanha houve todo um aparato que envolveu a expansão industrial: uma próxima relação entre a administração autoritária e uma minoria de industriais; o sistema bancário foi um suporte de desenvolvimento industrial e a esse estava intimamente ligado, constituindo importante fator de concentração industrial. Nessas condições, apenas as empresas mais importantes e maiores conseguiam atingir as exigências para a concessão de empréstimos, beneficiando-se do sistema bancário. Formaram-se cartéis e a consequência foi que apenas aquelas empresas suficientemente fortes para investir em laboratórios, projetos experimentos conseguiram progredir; aquelas que não possuíam recursos para tanto, desaparecem porque os bancos não as financiavam.

Assim sendo, todo o sistema de relações, que envolve o processo de industrialização na Alemanha, criou uma situação tal que os pequenos artesões nem

chegaram a competir com as forças econômicas em ascensão, a única opção foi juntar-se aos camponeses nas emigrações para as Américas.

Numa visão ampla do período temos que, num primeiro momento, as emigrações de alemães ocorreram por causa do atraso econômico da Alemanha em relação à Revolução Industrial; já num segundo momento, foram provocadas pelo excedente populacional criado pelo desenvolvimento industrial, pelo crescimento demográfico e pelas crises de conjuntura econômica.

A vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX foi, portanto, um movimento que se inseriu no processo mais amplo de expansão do capitalismo a nível europeu e mundial. Foi, justamente, daqueles países que tardiamente se industrializaram, que vieram os maiores contingentes de imigrantes para o Brasil, como alemães e italianos. Nações que o desenvolvimento do capitalismo desencadeou uma série de processos: a expulsão do camponês da terra, a destruição do pequeno artesanato, a concentração dos meios produtivos e, como consequência direta, a formação de um contingente populacional sem terra e sem trabalho, que não sendo absorvido pela indústria, converteu-se num foco de tensão social. Além disso, a Alemanha e a Itália também estavam procedendo, tardiamente, o seu processo de unificação política, o que implicou conturbações internas que vieram a agravar mais ainda toda essa situação. Portanto, era de todo o interesse desses governos enviarem esse excedente populacional para o exterior, desafogando seus níveis de tensão social interna. Além disso, paralelamente aos benefícios imediatos dessa emigração, abriam-se perspectivas futuras de retorno de capitais, uma vez que núcleos de nacionais no exterior poderiam ligar-se, por laços comerciais, à sua pátria de origem.

Neste contexto, o Brasil através de benefícios e incentivos de seu Governo Imperial, configurou-se num receptor dos braços europeus que emigravam em busca de terra e trabalho, enfim de uma nova perspectiva de vida.

Assim, no âmbito legal, várias leis promulgadas facilitaram a vinda e o estabelecimento de imigrantes no país. Em 25/11/1808, com a vinda da Família Real, D. João VI baixou um decreto que determinava a doação de terras para não-portugueses e imigrantes, desde que esses se dedicassem à atividade agrícola ou de povoamento. Em 1848, a Lei 514 atribuiu ao Governo Provincial o direito de colonizar, concedendo a cada província seis léguas em quadras de terras devolutas para que fossem colonizadas por imigrantes, com a possibilidade de se tornarem



proprietários depois de cinco anos de exploração das terras (LANDO; BARROS, 1992, p.12).

Além dessas leis favoráveis à imigração, outro fator decisivo deu-se no âmbito político: entre 1820 e 1840, a hegemonia política brasileira sai das mãos dos senhores de engenho e passa para a dos fazendeiros de café. Esse fato colabora decisivamente para a vinda de imigrantes, pois representa uma mudança na maneira de encarar o uso do imigrante europeu no sistema econômico brasileiro.

Relevante destacar que a classe econômica dominante à época no Brasil, ou seja, os senhores de engenho viram com indiferença essas concessões de terras aos imigrantes. Como esses imigrantes se distribuíram pelo sul do país, em pequenos lotes, destinados a produzir gêneros que atendessem ao mercado interno e sem exercer qualquer tipo de concorrência com a cultura canavieira, não havia o porquê dos senhores de engenho se oporem à imigração.

Em contrapartida, junto com a ascensão dos fazendeiros de café, nasce outra mentalidade com relação aos imigrantes. A vinda de imigrantes passou a ser vista como a melhor alternativa para substituir a antiquada e onerosa mão-de-obra escrava que se tornava cada vez mais um entrave ao desenvolvimento da nova fase do capitalismo. Em 1850, a abolição do tráfico negreiro e sua conseqüente escassez de escravos, encareceram demasiadamente o custo dessa mão-de-obra. Os cafeicultores viram na imigração européia a melhor alternativa para a substituição dos escravos por trabalhadores livres e assalariados.

#### 4.2 O SENTIDO DA IMIGRAÇÃO EUROPÉIA PARA O BRASIL E AS DIFERENÇAS DA COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E DA IMIGRAÇÃO EM SÃO PAULO

Até o século XIX, o povoamento do Brasil dera-se pela vinda espontânea de colonos portugueses, pela importação de escravos e incorporação de indígenas. Havia estrangeiros no Brasil, porém nenhuma corrente migratória planejada e oriunda de uma política intencional do governo.

Essa ocupação contemplara regiões de valor econômico relevante, propícias à produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, tais como o açúcar, e nos primórdios do Período Colonial, o extrativismo de pau-brasil no litoral nordestino. Portanto, tanto os atuais territórios de Santa Catarina quanto o do Rio Grande do Sul não foram foco desse tipo de ocupação territorial.

Os poucos casos de imigração européia oriunda de uma política oficial que ocorreram antes do século XIX foram apenas de objetivos políticos e militares. Por exemplo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o objetivo foi povoar e ocupar essas regiões de valor estratégico, que se achavam expostas à concorrência espanhola e cuja posse a Metrópole Lusa pretendia garantir. Para povoá-las vieram portugueses das classes mais pobres, que receberam para tanto, uma série de benefícios e concessões, tais como: pagamento do transporte, demarcação prévia de terras, recebimento de instrumentos agrícolas, sementes e animais (LANDO; BARROS, 1992, p.10).

Afora esses casos esparsos, o processo de colonização e imigração tem seu início a partir da vinda da Família Real para o Brasil e a inerente Abertura dos Portos. Ocorrida em 28 de janeiro de 1808, essa abertura às “nações amigas” foi parte do processo de expansão mercantil britânico e da conquista do monopólio comercial brasileiro. Nesta época, a Inglaterra dominava o capitalismo industrial e, diferentemente daquelas necessidades do capitalismo comercial - conquista e ocupação -, seus interesses estavam voltados para conquista de mercados consumidores e colocação de suas manufaturas.

Devido as Guerras Napoleônicas e ao Bloqueio Continental, os produtos britânicos estavam impedidos de entrar no mercado europeu. A decadência hegemônica mercantilista de Portugal aliada à forte ameaça francesa, fizeram com que Portugal aceitasse a proteção e o auxílio da Inglaterra. Com isso, através de uma série de tratados (um dos quais, a exigência da Abertura dos Portos), conseguiu a Inglaterra atingir seu objetivo de estabelecer um monopólio comercial com o Brasil.

O sistema escravista vigente no Brasil era um empecilho à expansão capitalista inglesa, pois, sem poder aquisitivo, a grande massa de escravos estava privada do consumo de manufaturas e quaisquer outros tipos de bens. Conforme Prado Junior (2000, p.145), para os objetivos ingleses no Brasil, era imprescindível a abolição da escravatura. Pressionando primeiramente o Governo Português e, posteriormente, o Imperial Brasileiro, a Inglaterra impôs de forma direta e indireta ao longo dos anos situações e tratados que criaram a necessidade de importação de trabalhadores livres, tais como: a extinção do tráfico negreiro para o Brasil (1850), proibição do tráfico interprovincial (1853), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885), culminando com a Lei Áurea, que sacramentou a abolição da

escravatura em 1888.

A imigração europeia para o Brasil no século XIX e a questão da escravidão são dois aspectos totalmente opostos de um mesmo processo irreversível: a transformação do regime de trabalho da sociedade brasileira.

A existência do regime escravista impedia o crescimento do fluxo imigratório, portanto o fim do primeiro era condição para a expansão do segundo. Pode-se exemplificar tal relação através do artigo 16 da Lei Imperial 514 de 28/10/1848:

A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares do seu território, seis léguas de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser roteadas por braços escravos (LANDO; BARROS, 1992, p.11).

A vinda desses imigrantes para o país estava vinculada ao momento em que se realizava, em âmbito nacional, a transição de uma economia até então baseada na força de trabalho escrava para uma economia fundamentada na mão-de-obra livre.

No contexto brasileiro, esse movimento orientou-se para o fornecimento de braços para o setor de ponta da economia brasileira: as lavouras de café de São Paulo.

O café foi um marco na evolução econômica do Brasil, pois transformou todo o processo de produção. Fez surgir fazendas com características de empresa capitalista, ligadas a uma estrutura econômica mais complexa do que a dos anteriores produtos coloniais. Nessa nova realidade, o sistema escravocrata tornava-se um empecilho ao desenvolvimento pleno do modo capitalista de produção, pois se tornava imprescindível nessas novas condições, a mão-de-obra livre, pois ao mesmo tempo em que vendia sua força de trabalho também aumentava as possibilidades de expansão do mercado interno, através do poder aquisitivo de seus salários.

Com a Abolição, os ex-escravos passaram a ser remunerados, porém, essa remuneração acabou não surtindo os efeitos desejados. Conforme Furtado (1970, p. 140):

[...] o homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a idéia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. De mais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades”. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição, e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio [...]. Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo “comprar” o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente “para viver.

Portanto, o ex-escravo mesmo após a Abolição, ainda era uma força negativa ao espírito de expansão do capitalismo, pois, como seu círculo de necessidades era muito restrito, não via vantagens em trabalhar mais para aumentar seus ganhos.

Essa realidade torna mais ainda imprescindível a substituição do trabalho ex-escravo: era necessário contratar braços livres que, além de possuírem sua força de trabalho, se propusessem a vendê-la, para subsistir, aceitando assim as condições impostas pelo sistema capitalista.

Para Furtado (1970), dentro da política brasileira de imigração, surgiu uma “política de colonização”: formação de núcleos de produção agrícola, regime de pequena propriedade, diversificação da estrutura produtiva brasileira para o abastecimento do mercado interno.

Essa “política de colonização” foi financiada pelo Governo e teve o objetivo de tornar permanente a ocupação de regiões menos densamente povoadas, sendo, por isso, adotada no sul do Brasil. Entretanto, deve-se ressaltar que não foi para este fim que ocorreu o maior fluxo migratório para o país. O verdadeiro interesse na imigração para o Brasil era a substituição da mão-de-obra escrava pela de trabalhadores livres, promovida pela iniciativa particular e que reconhecia no europeu um elemento mais apto que o escravo para ocupar-se de atividades agrícolas nas lavouras cafeeiras (GUIMARÃES, 1968, p.125-6).

Portanto, a colonização européia ocorrida no sul do Brasil foi uma exceção à vinda de europeus para o Brasil. O verdadeiro sentido da imigração para o Brasil, no século XIX, esteve vinculado à lógica da estrutura de produção vigente no Brasil: voltada para o mercado externo, através da monocultura das lavouras de café.

A partir daqui será adotada a diferenciação usada por Prado Jr. (2000, p.183-191), que é relevante e esclarecedora ao tema proposto. O citado autor distingue a nomenclatura as duas correntes coexistentes no processo migratório para o Brasil:

denominou de “colonização” àquela de iniciativa oficial, cujo objetivo era a formação de colônias para ocupar e povoar regiões até então desocupadas e, na maioria das vezes, distantes da área de influência dos latifúndios; àquela de iniciativa particular, também estimulada pelo governo, denominou de “imigração”, pois visava à obtenção de braços livres para a grande lavoura, em substituição ao braço escravo.

O primeiro tipo desenvolve-se fundamentalmente no Sul do Brasil e o segundo, intimamente ligado aos interesses da grande lavoura de café, desenvolveu-se no Sudeste, especialmente em São Paulo, solucionando assim o problema da escassez de escravos e atendendo mais prontamente aos interesses do capitalismo inglês.

Os imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul foram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. Situadas próximas de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não apresentar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica.

No Sudeste não foi assim, pois as colônias de pequenos proprietários representavam uma concorrência para os grandes proprietários daquelas províncias, que preferiam que os imigrantes recém-chegados ao invés de tornarem-se donos das terras, viessem a alugar seu trabalho nas fazendas.

Em São Paulo, o imigrante veio contratado para o trabalho assalariado nas fazendas de café. Nessa condição de assalariado rural, dispunham apenas de uma pequena extensão de terra para cultivo próprio. A condição desses imigrantes adveio da oposição dos cafeicultores à colonização, pois, como necessitavam de muita mão-de-obra, preferiam a imigração, ou seja, a importação de trabalhadores livres para suas fazendas. Essa oposição não impediu a formação de colônias, mas foi forte o suficiente para impedir que esses núcleos se localizassem na área de influência de suas fazendas. Em vista disso, a colonização deveria se concentrar em áreas não próprias ao cultivo de culturas desenvolvidas nos latifúndios. Isso explica porque a colonização estrangeira só teve êxito no sul do Brasil, pois os grandes proprietários de terras do Sul não desenvolviam culturas de latifúndio, mas sim atividades de criação de gado que era voltada para o mercado interno, diferentemente do que ocorria com o café, que visava ao comércio exterior.

Nesse aspecto, justificava-se o receio por parte dos grandes latifundiários do café, de que os imigrantes chegassem a se organizar e se tornar proprietários de

uma razoável extensão de terra, estabelecendo assim, alguma concorrência na produção de café no mercado internacional, diminuindo de alguma forma, a área de influência e o poderio econômico desses grandes cafeicultores.

Os latifundiários gaúchos, os charqueadores, não viam a imigração como forma de solução à falta de mão-de-obra escrava, pois o sistema de produção nas estâncias permanecia ainda numa fase pré-capitalista. Portanto, não havia um espírito empresarial entre os estancieiros. Além do mais, temiam que com a abolição, houvesse uma retração no mercado consumidor do charque, pois este consistia na alimentação básica dos escravos no Brasil.

No Sudeste, a realidade era outra, pois o latifúndio do café marca uma transição na estrutura agrária, totalmente diferente da estrutura que vigorava nos tempos da exploração agrícola do engenho de açúcar. A expansão do café traz uma nova mentalidade, uma visão empresarial que origina uma nova classe de senhores rurais. Aquela unidade de produção fechada e auto-suficiente que vigorava nos engenhos de açúcar cede lugar a uma nova forma de exploração agrícola, agora já de caráter industrial. Os engenhos que antes eram o centro polarizador da vida dos senhores dão lugar às fazendas que são apenas um local de trabalho, de fonte de rendas e, com o desenvolvimento dos centros urbanos, os senhores passam a residir nas cidades. Na medida em que o trabalho escravo é substituído pelo livre, não havia mais razão para a presença constante e o controle severo do senhor nas atividades: o escravo trazia preocupações pertinentes a toda sua vida (alimentação, vestuário, moradia, tentativa de fugas, etc.); já o assalariado, um vendedor de sua força de trabalho, deixava o senhor livre da responsabilidade de sua sobrevivência.

Portanto, a diferença das realidades econômicas foi o fator responsável pela implantação das políticas de colonização do Rio Grande do Sul – de iniciativa governamental e baseada na pequena propriedade rural de subsistência - e da imigração em São Paulo, de iniciativa particular e voltada para a importação de braços para a lavoura do café.

### 4.3 FASES DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

A idéia de colonizar o sul do Brasil, vinha desde os tempos do Governo Colonial:

Vem de longe, de épocas bastante afastadas, a idéia, mais tarde posta em execução, de colonizar o extremo sul, na falta de casais de ilhéus, com elementos oriundos de países estrangeiros. Quando em 1725 interessou-se o Governo da Metrópole pela fundação do Rio Grande do Sul, para o qual se havia mandado João de Magalhães estabelecer povoação, tratou logo o Conselho Ultramarino, em suas consultas, de sugerir a El Rei remessa de açorianos para a nova terra que se ia fundar. Objetaram-se, porém, certas dificuldades a fim de recrutar um número de casais desta origem para a Colônia, e em seu despacho de 22/07/1729 achou 'o Conselho conveniente que se não instalado no Sul, nas povoações da Colônia, e outras, casais ilhéus, e quando estes forem insuficientes, se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos e outras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses ou franceses (PORTO, 1934, p.35 *apud* LANDO; BARROS, 1992, p.26).

Esta preferência por alemães ou italianos justificava-se pelo estado de guerra em que, à época, se encontrava Portugal contra os países dos gentílicos referidos, como também pela capacidade que se julgava possuir para trabalhos agrícolas os povos ítalos e germânicos. Além disso, o casamento da Princesa Dona Leopoldina, de origem germânica, com o Imperador Dom Pedro I, favoreceu o fluxo migratório para o país.

No início do século XIX, a imigração espontânea de alemães para o Brasil ainda era inconcebível, devido às diferenças dos meios e dos gêneros de vida e em razão da distância que separava esses dois países: a lentidão e o preço da travessia (duas vezes mais caro do que para os Estados Unidos) não motivavam a vinda para o Brasil (ROCHE, 1969, p.93).

O Governo Brasileiro atraiu os emigrantes europeus oferecendo-lhes diversas vantagens em dinheiro ou em espécie, valendo-se também da grande extensão de terras devolutas ainda existentes no Rio Grande do Sul. Através de uma Resolução Imperial de D. Pedro I, introduziu-se a colonização no Brasil, um fato revolucionário que ia contra a estrutura social e contra a concepção econômica herdadas dos tempos coloniais.

Devido a toda estruturação necessária para trazer esses colonizadores, essa iniciativa inovadora só poderia vir do Governo: organizar o recrutamento na Europa, oferecer compensação à demora e ao custo da viagem, conceder terras, instalar

colonos e manter os estabelecimentos por pelo menos algum tempo.

Portanto, foi a Administração responsável pelo início da colonização no Rio Grande do Sul - pois a oficial foi anterior àquela particular –, ela escolheu as zonas de instalação e regulamentou as condições que estariam submetidos os colonos.

Segundo Roche (1969, p.93):

A História administrativa da colonização não deixou de sofrer a influência da História política e divide-se, como a do Brasil, em duas grandes fases: uma vai do começo da colonização até a queda do Império, a outra corresponde à República. Contudo, cada uma dessas fases abrange diversos períodos, conforme a colonização dependia do Governo central ou do Governo local e gozava de favor ou desfavor oficial.

Para descrever as fases da colonização alemã no Rio Grande do Sul e sua pertinência ao tema proposto neste trabalho, será usada a metodologia cronológica adotada por Roche (1969, p.93): Primeira Fase (1824-1889), sob o Império e dividida em três períodos relevantes (Colonização Imperial, Colonização Provincial e Colapso da Colonização); Segunda Fase (a partir de 1890), sob a República e dividida em dois períodos relevantes (Segunda Colonização Provincial e Liquidação da Colonização).

A Primeira Fase inicia-se com o período conhecido por “Colonização Imperial” (entre 1824 e 1847). Foi um período em que ainda não havia legislação sobre o tema, nem delimitação precisa das alçadas das respectivas autoridades, nem funcionários especializados. As colônias baseavam-se na subsistência e importavam os manufaturados mínimos exigíveis. Nesse período inicial de instalação e organização da produção, o Governo Imperial arcou com alguns subsídios para sua sustentação, organizou e dirigiu a colonização, e – após certa relutância - adotou as medidas para organizar as condições em que se daria a colonização. Os primeiros ensaios de colonização foram em São Leopoldo, São João das Missões e em Torres.

Em 18/07/1824, após passarem pelo Rio de Janeiro, chegaram a Porto Alegre as 9 primeiras famílias de colonos, num total de 39 indivíduos. Em 25/07/1824 foram levados para terras de propriedade da Coroa, na Real Fitoria do Linho Cânhamo, atual município de São Leopoldo (HUNSCHE, 1975). A essa leva inicial se seguiram outras e, entre 1824 e 1830 entraram no Rio Grande do Sul 5.350 alemães



(ROCHE, 1969, p.146)<sup>8</sup>.

São Leopoldo é o marco da colonização alemã no Rio Grande do Sul, localizada cerca de 45 quilômetros ao norte de Porto Alegre e com acesso fluvial a esta através do Rio dos Sinos, sendo por Singer (1977, p.156) definida “como o ponto de partida para as colônias alemãs nos períodos seguintes”. Foi uma colônia que rapidamente prosperou, atendeu aos objetivos de sua instalação, revitalizou a formação social agrícola no Rio Grande do Sul e o comércio com a capital (MOURE, 1992, p.96). Com o passar dos anos, tornou-se uma cidade de relevância no contexto gaúcho.

De acordo com Roche (1969, p.231-2):

Os primeiros colonos, ao cabo de cinco anos de trabalho, possuem uma relativa abastança graças às suas culturas (cereais, feijão, batata, etc.); remetem-se os excedentes da produção para o mercado de Porto Alegre; os vários corpos de profissão já são representados: moleiros (8 azenhas), sapateiros, tecelões, alfaiates. Existe uma fábrica de azeite, uma fábrica de sabão e oito pequenos cortumes [...]<sup>9</sup>.

Concluiu Roche (1969) serem esses últimos as células-mães da indústria de couro que prospera hoje em São Leopoldo e Novo Hamburgo. Porém, nessa primeira fase, o Governo também fez duas tentativas de colonização em locais menos acessíveis e ambas falharam.

A primeira foi ainda em 1824, quando se reuniu os imigrantes considerados “indesejáveis” em São Leopoldo (aqueles que criavam problemas; de regra, os jovens solteiros e com problemas de alcoolismo) e decidiu-se enviá-los para ocupar a região das Missões. Assim, um grupo de 67 indivíduos foi encaminhado para aquela que seria a colônia de São João das Missões. Desembarcaram em Rio Pardo a 1º/12/1824 e permaneceram lá por duas semanas devido a dificuldades na negociação para se obter mais carroças para o transporte. Nesse ínterim, uns tentaram voltar, outros trocaram suas roupas por álcool e outros adoeceram. Em 06/01/1825, chegaram a São João das Missões e o responsável do governo custa a conseguir gêneros alimentícios, mesmo pagando para tanto um preço exorbitante. Os colonos vendem suas rações para beber, afundam na miséria e começam a evadir-se para voltar ao Vale dos Sinos. Diante desse insucesso, os remanescentes

<sup>8</sup> Estatística Geral da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul.

<sup>9</sup> Relatório Anual da Província de 1829.

são conduzidos para São Borja e desapareceu a colônia de São João das Missões, uma colônia que conforme Roche (1969, p.98): “[...] mesmo se tivesse sido composta de excelentes sujeitos, não teria podido sobreviver, porque fôra estabelecida numa região longínqua e quase inacessível”

Isolamento foi problema semelhante vivido pela outra tentativa, feita no litoral. Lá foram estabelecidos dois núcleos, a partir de 1826: um formado por católicos em São Pedro de Alcântara, outro por protestantes em Três Forquilhas. Isolados de Porto Alegre numa região em que o esculpamento da Serra dificultava o acesso e, sem poder comercializar sua produção, essas colônias caíram em letargia e também se dissolveram. Somavam 401 indivíduos em 1830 e apenas 900 em 1859.

Dessas duas tentativas frustradas de colonização, Roche (1969, p. 99) faz um comentário fundamental para a compreensão do motivo que elas não prosperaram:

As autoridades brasileiras deveriam ter tomado em consideração essas diversas tentativas e delas tirar o ensinamento de que havia correlação entre o sucesso da colonização e a existência de bons meios de comunicação, a saber, então a navegação fluvial.

No início, a incumbência de recrutar contingentes de agricultores para as colônias do Rio Grande do Sul, coube ao major Jorge Antônio Schaeffer, que trouxe em 1824 o primeiro grupo de alemães para São Leopoldo. Esses foram atraídos de forma enganosa, pois para mais facilmente atrair colonos, Schaeffer incluía dentre os benefícios dados pelo Governo Imperial, benefícios extintos que o Governo concedera aos colonos suíços – anteriormente instalados em Nova Friburgo – e que não mais seriam concedidos.

Schaeffer iludia os imigrantes com esses benefícios, tais como: passagem à custa do Governo Imperial; concessão gratuita de um lote de terra de 160.000 braças de superfície; subsídio diário de 1 franco ou 160 réis a cada colono no primeiro ano e a metade no segundo; doação de certa quantidade de bois, cavalos e galinhas proporcional ao número de componentes da família.

Além destas, juntavam-se ainda algumas promessas inconstitucionais e, portanto, que não poderiam ser efetivadas: concessão imediata da cidadania brasileira; inteira liberdade de culto; isenção por 10 anos de pagamento de impostos.

Logo os colonos perceberam que isso eram apenas promessas. Os primeiros colonos de São Leopoldo ainda foram privilegiados, tendo recebido a maior parte do

que lhes fora prometido. Já a segunda leva, chegada também em 1824, encontrou sérios problemas, sendo o principal deles a inexistência de demarcação de suas terras. Essa situação gerou a intervenção do Governo Alemão, e após dois anos, o Imperador muda de atitude e autoriza o pagamento das passagens, dos subsídios e a concessão gratuita dos lotes de terra.

Assim a situação manteve-se até 1830, quando então a nova Lei de Orçamento de 15/09/1830 desautorizou despesas com imigração, interrompendo os fluxos migratórios. Somado a isso, a partir de 1835 a Revolução Farroupilha desorganiza administrativamente toda a Província e, definitivamente, afasta a possibilidade da vinda de imigrantes. Comprovando o momento, entre 1830 e 1844 o Rio Grande do Sul não recebeu colonos.

Ano	Nome das Colônias	Natureza	Nº de imigrantes alemães e percentual no total no RS	Nº de outros imigrantes e percentual total no RS
1824	São Leopoldo	Oficial	7.709 (100%)	-
1825	São João das Missões	"		
1826	Três Forquilhas e São Pedro das Torres	"		
1827	São José do Hortêncio	"		
1846	Feliz Mundo Novo, Bom Princípio e Santa Maria da Boca do Monte (Pinhal)	Partic.		

**Quadro 1 - Resumo do da Colonização Imperial**

Fonte: (PELLANDA, 1925 *apud* ROCHE, 1969, p.142-146)

Entre 1848 e 1874, o período imediatamente após a pacificação no Rio Grande do Sul, ficou conhecido como “Colonização Provincial” e foi o mais propício à colonização sendo provida de um Estatuto Legal que atendia as necessidades existentes. Vieram para o Rio Grande do Sul, nesse período, 19523 colonos alemães (ROCHE, 1969, p.146).<sup>10</sup> Aquela agricultura de subsistência começou a produzir excedentes comercializáveis, usados nas trocas por produtos necessários ao consumo dos colonos. A Administração Provincial preocupa-se com os interesses dos colonos e várias novas colônias – tanto de natureza oficial quanto particular – são instaladas nesse período: Santa Cruz (1849), Estrela (1853), Teutônia (1858),

<sup>10</sup> Estatística Geral da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul.

Santo Ângelo (1857), Nova Petrópolis (1858), Monte Alverne (1859) (ROCHE, 1969, p.142).

Com o final da Revolução Farroupilha e o restabelecimento da ordem, já em outubro e novembro de 1844 o Rio Grande do Sul voltou a receber imigrantes. Entretanto, ainda não havia por parte do governo um organismo que determinasse a entrada e localização desses novos imigrantes. Havia uma situação de desordem instalada na administração da província, e os imigrantes que ingressaram a partir de 1846, foram encaminhados para terras situadas na encosta da serra, em pleno sertão, onde não havia picadas abertas nem terras demarcadas. Somava-se ao quadro ainda, a esperteza de alguns colonos antigos que, por conta própria, abriam novas picadas e as vendiam aos colonos recém-chegados mais abastados (LANDO; BARROS, 1990, p.29).

Todos esses entraves à colonização foram se dirimindo com o avanço da legislação. Um dos maiores entraves consistia na impossibilidade do colono naturalizar-se, o que impedia sua plena integração à vida comunitária e política das províncias. A Lei de 23/10/1832 ameniza essa situação, propiciando a naturalização de imigrantes, exigindo - além de alguns pré-requisitos legais - o mínimo de 4 anos de residência no país.

Em 1843, apenas para colonos, esse prazo reduz-se para 2 anos. A Lei de 03/09/1846 concede aos colonos residentes em São Leopoldo a naturalização imediata, fato que - pela Lei 31/01/1850 tornou-se extensivo aos colonos de Petrópolis e São Pedro de Alcântara.

A Lei 514 de 28/10/1848 deu às províncias a co-participação numa atividade antes apenas de alçada do Governo Imperial: cada província deveria reservar 6 léguas de terras devolutas para a colonização, isso deu maior impulso ao processo de colonização.

Em 04/12/1851, a Lei 229 do Governo Provincial trouxe as seguintes disposições:

Lei Provincial n<sup>o</sup> 229 de 04/12/1851

Art. 1<sup>o</sup> – O Presidente da Província mandará medir, demarcar, levantar mapas e arbitrar o valor das colônias existentes, em que não tenha sido feito esse serviço, e das que de novo forem estabelecidas.

Art. 2<sup>o</sup> – Outrossim, mandará explorar terras devolutas que forem apropriadas para colônias e pedirá ao Governo Geral a concessão das de que trata o artigo 16 da Lei de 28/10/1848, sob número 514.

Art. 3<sup>o</sup> – É também o Presidente autorizado a nomear um ou mais agentes na Europa para promoverem a imigração alemã para esta Província.

Art. 4<sup>o</sup> – Estes agentes perceberão a gratificação de 3 patacões por cada indivíduo de 7 a 35 anos, que fizerem emigrar e pelos maiores de 35 que forem chefes de família, e receberão mais um conto e quinhentos mil réis para cada mil indivíduos que enviarem dentro do prazo que for determinado no contrato.

...

Art. 7<sup>o</sup> – Cada colono que, com guia do agente, se apresentar ao Presidente da Província, receberá 100 mil braças quadradas de terras na Colônia de Santa Cruz, ou em outras terras que de novo forem estabelecidas, e nos títulos que lhes serão logo dados se inscreverá o valor das terras, e não só as obrigações a que são sujeitos os colonos, como os favores a que os mesmos têm direito.

...

Art. 9<sup>o</sup> – As terras serão concedidas gratuitamente.

...

**Quadro 2 - Lei Provincial n<sup>o</sup> 229 de 04/12/1851**

Fonte:(LANDO; BARROS, 1992, p.12).

Como vemos, essa lei veio regulamentar, na Província gaúcha, as determinações já previstas sobre gratuidade na distribuição das terras previstas na Lei Imperial 514/1848. Além disso, determinou que os colonos recebessem instrumentos e sementes, indenizações da viagem e ajuda em dinheiro, durante o período de instalação. Entretanto, tais despesas decorrentes dessa lei eram muito onerosas para o orçamento provincial e não puderam ser honradas.

Por isso, a Lei Provincial 304 de 1854, determinou que as terras não fossem mais doadas, mas sim vendidas aos colonos. Assim, criavam-se as bases da pequena propriedade rural no Rio Grande do Sul, que expandiram pela Província a colonização iniciada em São Leopoldo, pois esta já não mais suportava dentro de seus limites territoriais a demanda imigratória por terras.

Nessa lei - de aplicação fundamental para o desenvolvimento dessas colônias - estão os princípios básicos adotados pelo Governo da Província para reger a colonização: facilidades para a aquisição de terras a prazo relativamente longo e a reafirmação da proibição do uso de mão-de-obra escrava, ou seja, estavam

estabelecidas as bases para uma agricultura livre e de exploração familiar. Nela também temos a previsão legal para o estabelecimento de centros urbanos:

**Lei Provincial n<sup>o</sup> 304 de 30/11/1854**

Art. 1<sup>o</sup> – A colonização na Província será feita sobre a base de vendas de terras; para este fim fica o respectivo presidente autorizado a comprá-las nos lugares mais próprios quando neles não haja terras devolutas compreendidas na disposição do Art. 16 da Lei Geral n<sup>o</sup> 514, de 28 de outubro de 1848. Esta venda será feita pela forma e sob as condições seguintes:

Art. 2<sup>o</sup> – O Presidente da Província empregará as quantias anualmente consignadas pela Assembléia Provincial na compra das terras asadas par a lavoura, as quais mandará medir, dividir e demarcar os lotes em cem mil braças quadradas para serem expostas à venda aos colonos, sendo o preço mínimo de cada lote 300\$000.

Art. 3<sup>o</sup> – Na medição e demarcação das colônias o presidente da Província fará reservar as terras precisas para estradas, portos, Igrejas, cemitérios e outras servidões públicas, cuja necessidade se reconhecer.

Art. 4<sup>o</sup> – A venda das colônias poderá ser feita a prazos, que não excedam a 5 anos, e pelo excesso pagarão os colonos o prêmio de 1% ao mês, ficando as terras hipotecadas até o completo pagamento, não só destas, como também das quantias, que lhes tiverem sido adiantadas.

Art. 5<sup>o</sup> – Fica o presidente da Província autorizado a adiantar para auxílio da passagem dos colonos, que espontaneamente se apresentarem na Província, até a quantia de 50\$000, por cada um qualquer que seja a sua idade ou sexo, com obrigação do embolso no prazo e com as condições do Artigo antecedente.

Art. 6<sup>o</sup> – Fica também autorizado a fazer as despesas indispensáveis com as acomodações dos colonos enquanto não chegarem ao lugar de seu destino, e se não estabelecerem casas próprias, sem que eles fiquem na obrigação do embolso dessas quantias.

Art. 7<sup>o</sup> – O mesmo presidente diligenciará a entrada para colônias de famílias brasileiras agrícolas, e laboriosas, vendendo-lhe as terras com os favores e ônus expressos na presente lei.

Art. 8<sup>o</sup> – Os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos ou por meio de pessoas assalariadas; não poderão, porém, fazê-lo por meio de escravos seus ou alheios, nem possuí-los nas terras das colônias sob qualquer pretexto que seja.

Art. 9<sup>o</sup> – O presidente da Província fará o Regulamento e dará as instruções precisas para a boa execução da presente lei.

Art. 10<sup>o</sup> – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Quadro 3 - Lei Provincial n<sup>o</sup> 304 de 30/11/1854**

Fonte:(LANDO; BARROS, 1992, p.29)

Para Roche (1969, p.102): A Lei de 1854 “[...],que foi, até fins do século XIX, a verdadeira carta da colonização no Rio Grande do Sul”.

A segurança gerada por tal legislação propiciou um aumento considerável no número de imigrantes. Entre 1855 e 1859, entraram 5.624 alemães e, a partir de 1857, temos os registros dos primeiros imigrantes de outras origens que não a alemã (ROCHE, 1969, p.146). Além dos efeitos dessa Lei 304/1854, esse fluxo de imigrantes, deveu-se também aos efeitos causados pela anterior Lei 183 de 13/10/1850, a qual proibira a introdução de escravos nas colônias existentes ou nas

que viessem a ser fundadas no Rio Grande do Sul. Conforme artigo 4º dessa mesma lei: “Os escravos que forem introduzidos nas colônias em contravenção a esta lei, serão expelidos por ordem do Diretor, pagas as despesas pelos donos dos mesmos escravos”.

Essa proibição da introdução de escravos resultou de uma própria reclamação dos imigrantes. Representando essa vontade, o Dr. Hillebrand - Diretor-Geral das colônias da Província - apresentou em seu relatório de 1850:

Tenho a satisfação de anunciar a V. Exa. Que a escravatura teve pouco aumento esse ano, e conta somente 229 escravos; número este ainda demasiado grande num distrito que pode dispor de tantos braços livres; muito se precisa de uma lei, que proíba inteiramente a introdução de escravos nos distritos coloniais da Província (LANDO; BARROS, 1992, p.29).

Com efeito, às vésperas da abolição da escravatura, em 1888, São Leopoldo contava com apenas 54 escravos, conforme relatório do Presidente da Província.

Ano	Nome das Colônias	Natureza	Nº de imigrantes alemães e percentual no total do RS	Nº de outros imigrantes e percentual no total do RS
1848	Caí	Partic.	16.807 (87,81%)	2.334 (12,19%)
1849	Santa Cruz	Oficial		
1850	Fazenda Padre Eterno e Rincão del Rey	Partic.		
1853	Estrela, São Gabriel e Conventos	"		
1854	Silva	"		
1856	Mariante e Maratá	"		
1857	Sta Maria da Soledade, Pareci, Brochier, Piedade e São Salvador Santo Ângelo	Oficial		
1858	Teutônia, Ubatuba e São Lourenço Nova Petrópolis	Partic. Oficial		
1859	Monte Alverne	"		
1860	Desterro, Escadinhas e São Caetano	Partic.		
1861	São Vendelino e Schneiderthal	"		
1862	Rio Pardense	"		
1863	Candelária	"		
1865	Santa Emília	"		
1866	Sinimbu e Lopes	"		
1868	Arroio do Padre e Cerrito	"		
1869	Arroio do Meio, Santa Silvana e Sta. Clara (Pelotas)	"		
1870	Santa Clara (Lajeado)	"		
1872	Fazenda Conventos Vermelhos	"		
1873	Cafundó	"		

**Quadro 4 - Resumo Colonização Provincial**

Fonte: Fonte: (PELLANDA, 1925 *apud* ROCHE, 1969, p.142-146)

Entre 1874 e 1889 temos o final da Primeira Fase, com o período conhecido como “Colapso da Colonização”, sendo a principal característica a frieza do Governo Local com respeito à colonização alemã. O sucesso dessas colônias e sua relativa independência em relação ao Governo Provincial começavam a atingir os interesses políticos dos charqueadores. Nesses formara-se certo clima de desconfiança quanto às conseqüências, do desenvolvimento das colônias alemãs, para os interesses políticos e econômicos da Zona da Campanha.

Conforme Roche (1969, p. 114): “A Assembléia Provincial já não consagra mesmo a centésima parte de suas disponibilidades à colonização”

Apesar da já existência de deputados de origem alemã – como Koseritz e Haensel – o Governo permanece indiferente aos problemas levantados pelas



colônias.

Conforme Roche (1969, 114-5):

Frequentemente os colonos, cansados de esperar a realização dos programas de interesse público, fazem a Assembléia agir, começando os trabalhos graças a subvenções locais. Longe de chegar a resultados positivos, as intervenções dos deputados de origem germânica aparecem tachadas de parcialidade e são suspeitas aos olhos de seus colegas. Estes são os representantes dos colegas da Campanha ou das cidades grandes, cujos interesses econômicos e políticos eclipsam os das colônias. A população luso-brasileira experimenta, realmente, contra a colonização alemã uma hostilidade apenas disfarçada. No transcurso deste período começa um mal-entendido entre os colonos e seus porta-vozes, de um lado, e os dirigentes rio-grandenses, de outro. Onde uns não vêem senão o fruto de trabalho assíduo e a conservação das virtudes ancestrais, outros percebem os indícios de germanização das zonas povoadas pelos colonos. As vitórias da Prússia, a proclamação do Império Alemão, mais tarde o interesse da Alemanha pela colonização reforçam a desconfiança do Rio Grande a respeito de seus núcleos alemães.

Paralelo a esse “desincentivo” às colônias alemãs, a partir de 1875 inicia-se em grande fluxo a imigração italiana no Rio Grande do Sul.<sup>11</sup>

Porém, apenas sob o regime republicano e sob a direção do Governo Local – agora com interesses no progresso das colônias – que essas colônias se desenvolverão.

Após a Proclamação da República, o Governo do Estado recebe atribuições administrativas mais amplas. Esse fato favoreceu o desenvolvimento daquelas colônias anteriormente fundadas no Governo Imperial e facilitou a fundação novas colônias - em sua grande maioria por alemães e italianos -, a partir de 1890.

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes sobre a Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, recomenda-se Faé (1975).

Ano	Nome das Colônias	Natureza	Nº de imigrantes alemães e percentual no total do RS	Nº de outros imigrantes e percentual no total do RS
1875	Cerro Branco, Poço das Antas e Forqueta	Partic.	6.213 (11,89%)	46.026 (88,11%)
1876	São Luís e Novo Berlim (Marques de Souza)	"		
1877	Friedental	"		
1879	Benfica e Bastos	"		
1880	Travesseiro, Piedade, Pirajá e Sete Léguas	"		
1881	Santo Antônio, Aliança e Arroio	Partic.		
1882	Municipal (Pelotas) Santa Helena	Oficial Partic.		
1883	Retiro	"		
1884	Nova Santa Cruz	"		
1885	São Luís, Palmas e Entrepelado	"		
1886	Rio de Ilha	"		
1887	Xingu e Rincão São Pedro	"		
1888	Barão do Triunfo e Vila Nova Rolante	Oficial Partic.		
1889	Jaguari, São Vicente e São Xavier Santa Eulália	Oficial Partic.		

**Quadro 5 - Resumo do Colapso da Colonização**

Fonte: (PELLANDA, 1925 *apud* ROCHE, 1969, p.142-146)

A Segunda Fase da Colonização inicia-se com a “Segunda Colonização Provincial” (entre 1890 e 1914), um período de grande divergência de interesses e concepções entre o Governo Central e o Local, houve uma disputa pela competência administrativa na matéria da colonização.

Ano	Nome das Colônias	Natureza	Nº de imigrantes alemães e percentual total no RS	Nº de outros imigrantes e percentual total no RS
1890	Sesmaria Machado e Sanga Funda Dona Francisca, Botucaraí, Toroqua, Ijuí e Toropi	Partic. Oficial	16.905 (15,34%)	93.314 (84,66%)
1891	Guarani e Marques do Herval São Manoel	" Partic.		
1892	Ijuí Grande	"		
1893	Sertão Santana	"		
1895	Cachão, Saldanha Marinho e Forquetinha	"		
1896	Favela e Santa Clara	"		
1897	Alto Jacuí, Não-Me-Toque, Barra do Colorado e Boi Preto	"		
1898	General Osório	"		
1899	Neu Württemberg	"		
1900	Ernestina, Catupi, São João, São Pedro, Ramos, Santa Coleta, Santa Bernardina, São Domingos, Triunfo, Fão e Vitória	"		
1901	Sobradinho	Oficial		
1902	Cerro Azul e Municipal	Partic.		
1903	Bela Vista	"		
1904	Gerisa	"		
1906	Nova e Coronel Selbach	"		
1907	Boqueirão do Leão			
1908	Buriti Erechim, Sanzas, São Manoel e Erval	Oficial Partic.		
1909	São Brás	Oficial		
1910	Pontão do Ijuzinho	"		
1911	Rio do Peixe	Partic.		
1912	Dona Júlia, Timbaúva e Boa Vista São João Batista	" Oficial		

**Quadro 6 -Resumo da Segunda Colonização Provincial**

Fonte: (PELLANDA, 1925 *apud* ROCHE, 1969, p.142-146)

A partir de 1914, temos o final da Segunda Fase e o fim da política de colonização no Rio Grande do Sul. A chamada “Liquidação da Colonização” deu-se

devido ao início da Primeira Guerra Mundial e não houve imigração oficial a partir de 1914. Com o fim das reservas de terras públicas e devolutas, a Diretoria de Terras e Colonização – reorganizada e reestruturada num Regime Republicano – ocupa-se então da resolução dos problemas relativos à emancipação dos núcleos coloniais, seus desmembramentos e legitimação das propriedades. Solucionam-se problemas antigos: separação formal de colonização e de imigração<sup>12</sup>, o Governo Federal regulamenta a imigração ocorrendo a fixação das atribuições dos diversos órgãos governamentais pertinentes, centralização administrativa e maior regulamentação das leis. Este período estendeu-se entre as duas Grandes Guerras Mundiais, ao curso das quais Brasil e Alemanha lutaram em campos opostos. Surgiram novos problemas culturais, cívicos e de integração para os colonos. Por esse contexto, este foi o período em que o papel da Administração e do Governo esteve mais em evidência.

<b>Ano</b>	<b>Nome das Colônias</b>	<b>Natureza</b>	<b>Nº de imigrantes alemães e percentual no total do RS</b>	<b>Nº de outros imigrantes e percentual no total do RS</b>
1914	Steglich	Partic.	403 (14,33%)	2.409 (85,67%)
1915	Tamandaré, Weidlich e Tesouras	“		
1916	Sarandi	“		
1917	Sturm	“		
1919	Rondão	“		
1922	Pessegueiro	“		

**Quadro 7- Resumo da Liquidação da Colonização**

Fonte: (PELLANDA, 1925 *apud* ROCHE, 1969, p.142-146)

<sup>12</sup> O Governo Federal assegurou para si a exclusividade da competência em matéria de imigração e a preponderância em matéria de colonização. Para maior detalhamento legal, recomenda-se: Decreto de 06/01/1921 (regulamentava a entrada dos imigrantes no Brasil e fixa as suas condições de aceitação); Decreto de 31/12/1924 (tratava do registro no Departamento de Povoamento das companhias de navegação autorizadas a desembarcar imigrantes); Constituição de 1934 (reservava para o Governo Federal os serviços de imigração e colonização) e a Constituição de 1937 (reservava à União a competência em matéria de imigração e colonização e mantinha um regime de limitação de entradas).

#### 4.4 PEQUENA PROPRIEDADE E INSERÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL NO MERCADO GAÚCHO

A política oficial de colonização surgiu no mesmo período histórico em que pressões sociais no meio rural brasileiro convergiram para que o regime de sesmarias fosse extinto no Brasil (ALVES, 2008).

Apesar das sesmarias terem sido uma forma de disseminação de culturas e de povoamento da terra, propiciaram a formação de “vazios” que - além de não serem explorados por seus proprietários - eram inacessíveis à exploração por outros elementos. Vivia-se um momento conturbado, no qual posseiros e intrusos começavam a ocupar as terras não cultivadas ou devolutas. Conforme Guimarães (1968, p.125-6):

[...] a pequena propriedade é um produto da luta de classes travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terras e a classe latifundiária. Nessa luta, que aparece no Brasil [...], em forma inversa, com a grande propriedade implantada primeiro e a pequena propriedade surgida depois, o instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extralegal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores.

Assim como no restante do Brasil, a política de distribuição de sesmarias também foi um entrave à exploração intensiva da terra no Sul, além de gerar um povoamento ralo e disperso na região. Porém, conforme nos mostra Prado Jr. (1960, p.28):

[...] o próprio parcelamento da propriedade agrária é condicionado pelas vicissitudes dessa grande exploração. Este é um fato histórico, pois, salvo nas regiões coloniais do Espírito Santo e do Extremo Sul, a grande propriedade precedeu sempre a pequena, que surgiu como fato posterior e como consequência da divisão daquela grande propriedade.

Portanto, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, a pequena propriedade não resultou da divisão da grande propriedade e a colonização alemã foi o marco do processo de consolidação da pequena propriedade rural no Sul do Brasil.

Vários fatores convergiram para o processo que fomentou e consolidou a pequena propriedade na Província de São Pedro do Rio Grande: a necessidade de intensificação do povoamento nas zonas fronteiriças da Província; a estrutura montada pela política de colonização oficial, concedendo vantagens à imigração

estrangeira, junto com elaboração de leis favoráveis a este processo; a exigência de consumo dos centros urbanos e a inexistência de concorrência entre a atividade que se desenvolve no latifúndio e a que se desenvolveu nas pequenas propriedades (LANDO, BARROS, 1980, p.39).

Como já apresentado, apenas longe da área de influência dos grandes latifúndios do centro econômico do país, o Governo poderia fundar núcleos coloniais sem objeções e nunca nas proximidades da lavoura do café que era o grande fornecedor das divisas que o Brasil necessitava e não poderia ter seus interesses contrariados.

Dois acontecimentos marcam o início da “crise na estrutura agrária do Brasil” (MARTINS, 1973, p.14): a universalização jurídica da propriedade privada da terra, pela Lei das Terras de 1850<sup>13</sup> e a implantação completa do trabalho livre, pela Lei Áurea em 1888. É nessa crise agrária que a imigração surge como opção de solução, sendo que o trabalho livre e a propriedade capitalista da terra dão ao imigrante europeu direções diferentes: em São Paulo, solucionar o problema de escassez de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras, causados pelo fim do tráfico de escravos e posteriormente pela Abolição; e no Rio Grande do Sul, onde o objetivo era a introdução do trabalho livre e consolidação da pequena propriedade.

Conforme Cardoso (1977, p.215):

[...] não se desejava, portanto, resolver apenas o problema da escassez de mão-de-obra; ansiava-se pela renovação das práticas de trabalho, milagre que só o imigrante, isto é, o braço estrangeiro, livre, proprietário, e não peado pelas velhas formas de produção ou por qualquer liame contratual limitativo, poderia realizar.

Por essa época, ainda não havia em parte alguma do Brasil uma classe média (LANDO, BARROS, 1980, p.45). A estrutura social brasileira desde o início da colonização portuguesa fundara-se no binômio: grande proprietário de terras – escravo, peão e assalariado. Com a chegada dos colonizadores de origem germânica surgiu uma camada intermediária entre os grandes proprietários e os desprovidos dos meios de produção. Com o decorrer dos anos, esses novos pequenos proprietários estrangeiros, formaram uma classe média autônoma, pois

---

<sup>13</sup> A partir dessa lei, terras devolutas só poderiam ser adquiridas por meio da compra, tornando-se, portanto, equivalente de capital. Lei 601 de 18/09/1850: “*Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.*”

dentre os imigrantes vindos para colonizar o Rio Grande do Sul, além de lavradores, havia também ferreiros, carpinteiros, tecelões, operários de indústria, sapateiros e seus respectivos aprendizes. Foram esses elementos que colaboraram decisivamente para a formação de centros urbanos e diversificação de profissões. Instalados inicialmente nas colônias, deram início a núcleos em torno dos quais desenvolveram sua vida econômica e administrativa, formando as vilas que, posteriormente, tornaram-se distritos ou municípios.

O estabelecimento dos colonos alemães no Rio Grande do Sul - assim como o dos italianos, a partir de 1875 -, fez surgir novas necessidades e interesses através de uma nova composição de forças produtivas que se desenvolveu ao longo do século XIX. Acima de tudo, essa inserção da economia colonial na economia do Rio Grande do Sul representa parte fundamental de um todo maior que foi o surgimento da sociedade colonial agrícola na formação social gaúcha (MOURE, 1992, p. 91-2).

Durante o período inicial de inserção da economia colonial no mercado gaúcho, tem destaque a participação do comerciante. Em todas as colônias, a regra foi a associação de comércio e transporte nas mãos do comerciante local (ROCHE, 1969, p.423). Portanto, o comerciante era o elemento que controlava a produção dos agricultores, fixava os preços e, com isso, monopolizava todo o crédito. Os transportes ainda eram muito deficitários e favoreciam em muito a capacidade dos comerciantes manterem esse “monopólio preço-crédito”, criando assim, um sistema de trocas por permuta em conta-corrente que amplamente favorecia os comerciantes em detrimento dos agricultores.

Conforme Roche (1969, p.407):

Os preços correntes nas colônias não atingiam mesmo a metade dos de Porto Alegre: só a banha perdia 49%. Todos os produtos agrícolas estavam pesadamente sobrecarregados pelos gastos de transporte, que representavam 55% do valor do feijão, 60% do da batata, 62% do valor do milho. [...] Nas condições mais favoráveis, tudo se passava como se, para chegar à cidade, o colono tivesse que jogar fora, ao longo do caminho, um saco, de dois, de feijão e dois sacos, de três de milho.

Este sistema baseava-se na exploração do agricultor pelo comerciante, o qual recebia os produtos e só creditava o valor correspondente após a realização da venda no mercado de Porto Alegre. Como todo esse processo levava um longo período para concretizar-se – às vezes até de um ano – o agricultor, ao receber o

valor, tinha reduzida sua capacidade de compra, devido aos constantes aumentos dos preços dos produtos que necessitava adquirir e o fazia naquele mesmo comerciante, gerando prejuízos e descapitalização e, conseqüentemente, uma redução das possibilidades de desenvolvimento interno da produção da pequena propriedade e a capitalização dos comerciantes. Após análise das relações de permuta e das taxas de trocas ocorridas nas colônias, conclui Roche (1969, p.422):

Eis, enfim, a última parte do papel do comerciante na economia das zonas rurais, sobretudo em fase pioneira: pelo jogo do mecanismo de conta-corrente, não somente ele foi levado a conceder crédito a seus fregueses (à taxa de 12%), mas também se tornou seu banqueiro. Os colonos efetuavam, como no guichê de um banco, verdadeiros depósitos na caixa do comerciante. Alguns colonos até lhe pagavam uma taxa, para que guardasse o seu dinheiro. [...] Para os comerciantes da colônia, o hábito de manejar fundos facilita o progresso de seus negócios na área regional; para o das vilas e cidades, os investimentos de capitais em atividades manufatureiras e mesmo industriais.



## 5 A INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo apresentará as diferentes teses referentes ao surgimento da industrialização no Rio Grande do Sul e a influência que a Colonização Alemã teve no surgimento dos diferentes parques industriais regionais gaúchos.

### 5.1 ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Nos inícios do século XIX, paralelo às charqueadas, surgiram outros estabelecimentos escravistas no Rio Grande do Sul que utilizavam subprodutos do gado e visando a produção para o mercado. Foi o caso específico dos curtumes, que exigiam certo conhecimento técnico bem como um número razoável de trabalhadores. Da sua passagem pelo Rio Grande do Sul entre 1820-21, o viajante francês Saint-Hilaire fez referência a existência de um curtume, nas proximidades de Viamão, que contava com técnicos especializados no tratamento de couros vindos da França, que operava com trabalhadores escravos e que se beneficiava do baixo custo da matéria-prima na região (PESAVENTO, 1985b, p.22).

Paralelamente a estas formas de produção escravistas dirigidas para o mercado, havia ainda no Rio Grande do Sul outras atividades de beneficiamento da matéria-prima, porém realizadas individualmente, por artesãos ou aprendizes, e destinados ao consumo local. Como exemplo, temos as atividades artesanais de beneficiamento do couro no interior das estâncias, que produziam arreios, boleadeiras, sacos e outros artefatos; ou das atividades de fiação e tecelagem, geralmente praticada por mulheres no ambiente familiar; enfim, atividades voltadas ao consumo próprio e que não se destinavam à troca ou venda.

Nesse trabalho serão adotadas como referência as considerações de Pesavento (1985b, p.23) sobre o conceito de indústria:

[...] tanto a charqueada quanto esse tipo de cortume, como estabelecimentos escravistas, só podem ser considerados “indústrias” se este conceito se aplicar a toda e qualquer empresa que realiza a transformação da matéria-prima em produto acabado.[...] Tanto os estabelecimentos escravistas quanto a atividade de artesãos isolados não podem, contudo, ser consideradas “indústrias”. Este conceito se aplica a uma forma histórica de produção capitalista, que pressupõe, para o seu surgimento, determinados pré-requisitos: uma acumulação prévia de capital-dinheiro que possa se transformar em capital industrial sob determinadas condições, a presença de uma massa de trabalhadores livres que possam vir a assalariar-se, a existência de um mercado consumidor para produtos manufaturados, etc., condições evidentemente não existentes nos casos descritos, mas que foram criadas a partir da segunda metade do século XIX, estando relacionadas com a entrada dos imigrantes europeus no Rio Grande do Sul.

A entrada de imigrantes no país se vinculou ao momento no qual se realizava, em âmbito nacional, a transição de uma economia até então baseada na força de trabalho escrava para uma economia fundamentada na mão-de-obra livre.

Dentro da política de imigração no Brasil, surgiu uma “política de colonização”, ou seja, da formação de núcleos de produção agrícola que, em regime de pequena propriedade, contribuíssem para a diversificação da estrutura produtiva brasileira e para o abastecimento do mercado interno, diminuindo a importação de alimentos, ajudando assim na correção do desnível da balança comercial brasileira. No caso específico do Rio Grande do Sul, deve ser acrescentado ainda o fato de que os colonos seriam localizados em terras até então virgens, não aproveitadas pela pecuária extensiva, o que implicaria, pelo povoamento, a abertura de estradas, facilitando, conseqüentemente, as comunicações.

Vencida aquela fase inicial da agricultura de subsistência dos núcleos coloniais alemães, a produção delas começa a produzir um excedente comercializável, que passou a ser vendido no mercado regional e, posteriormente, no nacional, mais ou menos a partir de 1870 (PESAVENTO, 1985b, p.27).

Juntamente com o trato da terra ou de forma independente, desenvolvia-se o artesanato nos núcleos coloniais, baseado fundamentalmente na “habilidade técnica” do imigrante, muitas vezes conhecedor de um ofício na sua terra de origem. O próprio desenvolvimento da atividade agrícola permitiu que uma parte dos colonos não se dedicasse integralmente ao cultivo da terra e pudesse especializar-se na produção artesanal e na venda de seu produto para o mercado. Eram produções mercantis não-capitalistas, onde com ferramentas simples, o artesão produzia para o consumo local e para o mercado, com o auxílio da mão-de-obra familiar. Essas unidades de produção artesanais, disseminadas por toda a colônia, apresentavam

alta diversificação, produzindo todo tipo de artigos: objetos de selaria, tecidos, azeite, licores, farinha, banha, vinho, chapéus de palha, ferramentas para lavoura, cerveja, charutos e cigarros, tijolos, sapatos, panelas, rodas de carroça, etc. (PESAVENTO, 1985b, p.27-8).

Desde o início de sua comercialização, tanto a produção agrícola colonial quanto o artesanato rural estiveram ligados ao capital comercial. O comerciante alemão foi aquele que apropriou-se do excedente econômico produzido pela agropecuária colonial. Seja pela diferença dos preços de compra e venda, ou pelo custo do frete dos produtos até o mercado ou mesmo por meio do controle monopólico das vendas dos gêneros coloniais, o comerciante impedia que condições favoráveis – alta do preço de certos gêneros alimentícios, maior produtividade em função de solo mais fértil, proximidade do mercado consumidor – revertessem em benefícios para o pequeno produtor. Este se encontrava praticamente isolado dos estímulos do mercado frente à ação do comerciante, que controlava a compra dos produtos da região e a venda dos artigos não-coloniais importados dos centros maiores de forma quase exclusiva.

A partir de 1875, com a chegada dos primeiros colonos italianos, já existia toda uma rede de comercialização estabelecida pelos comerciantes alemães, fato que permitiu a colocação quase imediata dos produtos coloniais italianos no mercado. Foi necessário que os italianos criassem seus próprios canais de comercialização, eliminando a figura do intermediário alemão, para que a região pudesse apresentar também uma disponibilidade de capital passível de ser aplicada em estabelecimentos industriais (PESAVENTO, 1985b, p.28).

Conforme Pesavento (1985b, p.28):

[...] através da economia regional imigrante, propiciou-se a existência de atividades produtoras não-capitalistas – a agricultura colonial e o artesanato doméstico – que proporcionaram ao comerciante uma acumulação de capital que foi básica para o surgimento da indústria.

Nesta rede comercialização e de acumulação, distinguiam-se três grupos:

Os comerciantes das “vendas”, localizados junto aos lotes coloniais, nas áreas rurais do interior, eram os que recolhiam os produtos agrícolas para vendê-los aos comerciantes do núcleo. Por estarem mais isolados dos estímulos do mercado, possuíam um menor poder de acumulação, originado basicamente da diferença dos

preços de compra e venda. Entretanto, tal poder foi suficiente para o estabelecimento de algumas empresas de pequeno porte, disseminadas pelo interior, destinadas ao fabrico do vinho, da banha e de artigos de couro.

Os comerciantes dos núcleos, ou das sedes das microrregiões, que eram os intermediários entre o comerciante da venda rural e o grande comércio de Porto Alegre. Por estarem localizados em colônias centrais (como São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Montenegro, etc.) sua posição era estratégica na redistribuição dos produtos, o que aumentava suas possibilidades de acumulação. Os exemplos de indústrias originadas deste circuito são de grande relevância, tendo algumas delas evoluído a ponto de se tornarem alguns dos maiores grupos empresariais do estado.

O comerciante da capital era o responsável pelas atividades de exportação e importação com outros centros maiores. A partir de Porto Alegre, escoadouro dos produtos coloniais, foi que ocorreu a maior acumulação de capital monetário. De Porto Alegre eram distribuídos os gêneros da colônia para o interior do estado e para o restante do país e até para o exterior. Na medida em que muitas destas firmas se dedicavam à importação, foram elas as responsáveis pela introdução não apenas de gêneros manufaturados estrangeiros, mas também de máquinas para as indústrias nascentes. A origem ou descendência européia desses comerciantes favorecia as relações comerciais com seus países de origem. Assim, confirmava-se a perspectiva de nações como Alemanha e Itália, quanto à possibilidade de futuros retornos de capitais através de ligações comerciais com seus emigrantes que foram para o Brasil. Em função do desenvolvimento da economia imigrante, Porto Alegre converteu-se no maior conglomerado urbano do estado e o centro comercial de maior destaque na passagem do século XIX para o século XX.

Conforme Pesavento (1985b, p.30):

Tem-se, portanto, como dado básico para a compreensão da origem do processo de industrialização, no Rio Grande do Sul, a onipresença do capital comercial. O que variou, contudo, foi a forma pela qual este capital-dinheiro acumulado no comércio transformou-se em capital industrial.

Em alguns casos, o comerciante aplicou seu capital na montagem de uma empresa que já surgiu como indústria propriamente dita, tido como estágio “fabril-manufatureiro”. Em outros casos, a indústria surgiu como resultado de uma evolução

da unidade artesanal para empresa fabril-manufatureira e daí para uma indústria. Também houve situações em que ocorreu a realização paralela de atividades comerciais e do trabalho artesanal doméstico, casos que um mesmo agente acumulava e aplicava o capital em uma unidade produtiva, sendo ele o responsável por sua transformação qualitativa e eliminava a figura do intermediário, colocando ele próprio seus produtos nos grandes mercados. Também houve situações que o capital comercial ligava-se a pequenas manufaturas, formando associações que unindo interesses tinham condições de expandir-se em termos de capital, linha de produção, etc.(Roche, 1969)<sup>14</sup>

Outra figura destacável nas origens do processo de industrialização do Rio Grande do Sul foi a do “burguês imigrante”. Um elemento que trouxe consigo capital e experiência profissional na gestão empresarial. Da sua chegada até o seu estabelecimento como empresário, corriam-se poucos anos, fato que demonstra que este imigrante era portador não apenas de uma experiência técnica e empresarial, como também de uma determinada acumulação prévia de capital para investir em algum negócio (PESAVENTO, 1991, p.43).

O desenvolvimento das colônias alemãs foi o precursor das mais variadas formas de vinculação e de surgimento da indústria no Rio Grande do Sul: formação do capital comercial que foi reinvestido nas indústrias; liberação de uma mão-de-obra relativamente qualificada (muitos descendentes dos colonos mais empobrecidos, que não foram para terras mais longínquas, optaram por tentar melhor sorte nas indústrias dos centros coloniais ou de Porto Alegre); fornecimento de matéria-prima (produtos como vinho, banha, cerveja, farinha, fumo, vindos da economia colonial, foram a base do parque agroindustrial gaúcho); aquisição de tecnologia (através das relações comerciais com seus países de origem) e formação de um mercado consumidor para as manufaturas (por ser uma classe considerada como média e com poder aquisitivo, foi responsável pela demanda dos utensílios e máquinas exigidos para o trabalho rural que eram para produzidos pela indústria gaúcha, justamente para atender esse mercado).

No processo de industrialização do Rio Grande do Sul, além desse circuito de acumulação da economia colonial, existia outro, relacionado com a pecuária tradicional da Zona da Campanha.

---

<sup>14</sup> Nos capítulos VI, intitulado “A Vocação Comercial”, e VII, “O Surto Industrial” de ROCHE (1969), todos esses assuntos são minuciosamente comentados.

Ambos os circuitos eram destinados ao abastecimento do mercado interno brasileiro, gerando sua acumulação de capital através da comercialização de seus produtos e, análogo ao caso do comerciante da Região Colonial, também na Campanha a comercialização dos produtos da pecuária tradicional deu origem ao processo de industrialização nos centros urbanos daquela região. Entretanto, diferenças cruciais nos seus comportamentos e de realidades de mercado foram determinantes dos destinos que tiveram esses dois processos gaúchos de industrialização.

## 5.2 AS DIVERGENTES TEORIAS SOBRE A ORIGEM DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO SUL: AS TESES “DO ARTESANATO” E “DO COMÉRCIO”

A indústria no Rio Grande do Sul nasceu voltada para o atendimento dos mercados locais, suplementando importações, pois as dificuldades iniciais de transporte favoreciam o seu florescimento, protegendo para si o mercado local; porém, ao mesmo tempo, impediam a sua expansão para novos mercados.

As possibilidades de exportação para fora do Estado estavam limitadas basicamente às charqueadas, às indústrias têxteis e ao fumo, atividades fundadas no beneficiamento e transformação de matérias-primas obtidas localmente. As demais produções industriais eram bem diversificadas, pois tentavam cobrir as amplas necessidades dos consumidores locais.

Para Lagemann (1992), os imigrantes foram responsáveis pela expansão das atividades industriais e pela sua diferenciação em numerosos ramos especializados, mas não foram estes os responsáveis pela criação da indústria no Rio Grande do Sul. Afirma o autor que foram os alemães os pioneiros na produção de tecidos, banha de porco, conservas, bebidas, doces, madeiras, couros, máquinas, tabacos, vidros, papel, fósforos e produtos químico-farmacêuticos. Entretanto, o imigrante não participava das charqueadas, e destas industrializava apenas os seus resíduos, produzindo velas, sabão, adubos e couro curtido (LAGEMANN, 1992, p. 117-8).

Trata-se de uma posição divergente, daquela apresentada por Pesavento (1985b), sobre o início da industrialização no Rio Grande do Sul. Porém, segundo as considerações de Pesavento (1985b) referentes ao “latu sensu”- o qual consideramos abordado aqui por Lagemann (1992) - e o “stricto sensu” do termo indústria, considera-se também válida para o tema proposto a abordagem

apresentada no parágrafo anterior.

Além dessa divergência apresentada, existem ainda autores que discordam a respeito da participação e influência do artesanato e do comércio no surgimento da industrialização no Rio Grande do Sul.

A tese da origem da indústria gaúcha a partir do artesanato surge da característica da organização industrial no Rio Grande do Sul: representada por um grande número de pequenas unidades, um número menor de unidades médias (ambos os tipos detentores de uma estrutura fechada de capital e formados por grupos familiares) e um reduzido número de grandes unidades industriais. Para os defensores da “Tese do Artesanato”, supõe-se, que, num passado, as atuais grandes indústrias foram um dia pequenas. (LAGEMANN, 1992, p. 119-120).

O marco na defesa dessa teoria é Tejo (1939), conforme apresenta Lagemann (1992, p.120), a defesa dessa teoria precede o autor:

A indústria do Rio Grande do Sul tem seu principal centro em Porto Alegre. Seu desenvolvimento foi normal e sadio, surgido em sua grande maioria dos artesanatos que, preparados inicialmente para o atendimento apenas das necessidades da cidade, mais tarde do Estado, para então se tornarem empreendimentos maiores, que enviam hoje seus produtos a todos os Estados do país.<sup>15</sup>

Para Tejo (1939 *apud* Lagemann, 1992), o não atendimento das necessidades de consumo, em muito justificadas pelo semi-isolamento logístico, obrigou aos gaúchos proverem suas demandas. Entre os colonizadores destacaram-se os artesãos que progrediram e - geração após geração – transformaram a oficina artesanal na indústria atual. “À grosso modo”, o bisavô ou avô foram colonos artesãos e após 2 ou 3 gerações, seus descendentes já chefiavam alguma categoria de estabelecimento industrial. Para o autor, a industrialização foi uma decorrência lógica do desenvolvimento da economia regional, resultante das pressões e necessidades da demanda local.

Afirma Tejo (1939, p.19 *apud* Lagemann, 1992, p.121): “[...] os motores e as chaminés não foram colocados no Rio Grande do Sul por justaposição econômica. Cresceram organicamente – se puder usar essa expressão – como cresce uma árvore, de dentro para fora”.

---

<sup>15</sup> Texto original em alemão: Hundert, Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824-1924. Porto Alegre, Verband deutscher Vereine, 1924.p.253.

Para Lagemann (1992), concorda com essa teoria Sá (1950), ao afirmar que o esforço individual era a base para o sucesso, bastando para tanto que o indivíduo trabalhasse com tenacidade, dedicação e espírito de privação e de poupança, pois as necessidades do meio social – carente de mão-de-obra especializada – convergiam para engrandecer aqueles que assim agissem.

Nas palavras de Sá (1950 *apud* LAGEMANN, 1992, p.121):

[...] a oficina se ampliava, tomava aprendizes e operários; o barracão de madeira ia transformando as paredes e a cobertura dos simples consertos e reparações se aventurava a fazer coisas novas, [...], ferramentas, [...] depois, bem mais adiante, máquinas; [...] a fabriqueta de apurar a banha, grosseira e suja, passava a embutidos e à 'copa', à carne defumada, ao presunto e, no último grau da metamorfose, dava no frigorífico moderno.

Para Singer (1977 *apud* LAGEMANN, 1992, p.122) essa tese é um erro. Considerando a existência de um mercado adequado condição básica para o surgimento da indústria, para esse autor, foram as importações de manufaturas que criaram esse mercado e, conseqüentemente, enfraqueceram o artesanato local. Segundo essa “teoria dos choques adversos” a indústria que se implantou no Rio Grande do Sul caracterizava-se como substitutiva de importações e não como evoluída do artesanato.

Apresenta-se aqui, uma contradição histórico-econômica de visões para cada autor: o artesanato, origem da indústria para Tejo (1939) e Sá (1950) foi um obstáculo a ser eliminado no processo industrial para Singer (1977).

Para Souza (1973 *apud* LAGEMANN, 1992, p.121), o artesanato é visto como a “existência de uma atividade especializada, organizada em estabelecimento de tamanho familiar ou, inclusive, individual” visando à produção para o mercado; concordando assim em parte com Tejo (1939). SOUZA (1973 *apud* Lagemann, 1992) remete para os dois tipos de artesanato comentados por ROCHE (1969), fonte também utilizada por SINGER (1977): o artesanato de autoconsumo das propriedades agrícolas e o artesanato de mercado urbano.

Para Roche (1969, p.499-503):

[...]” a maior parte das empresas industriais do couro e todas as dos outros ramos não foram fundadas por artesãos rurais, mas por cidadãos que nem sempre haviam sido artesãos,” [...] “o artesanato nas colônias não gerou a indústria, como imaginam geralmente [...] a filiação não é verdadeira senão no que tange a algumas atividades manufactureiras nascidas do artesanato urbano.



Assim sendo, Lagemann (1992, p.123) afirma que as considerações genéricas de Tejo (1939) e Singer (1977) feitas quanto ao destino do artesanato merecem reconsiderações, pois o artesanato rural foi destruído, mas alguns artesanatos urbanos são aceitos como origem de indústrias. Considerando que o que ocorreu na verdade, foi uma coexistência contínua da indústria com o artesanato, cada um atuando em faixas específicas do mercado, com vantagens para a indústria.

Conclui Lagemann (1992, p.124):

Numa avaliação crítica da tese do artesanato, oferecem-se, além do próprio conceito de artesanato, a verificação da origem em si, de onde surgiu o capital que fundamentou a indústria, e de sua evolução, como cresceram as unidades. Considerando a heterogeneidade tecnológica e de processos da indústria, impor-se-ia um esforço enorme de levantamento de dados para caracterizar, caso a caso, a origem ou não dessa empresa a partir de capitais acumulados em atividades artesanais. Dentro da conceituação delineada por Roche e apoiado em suas constatações empíricas, não se pode negar a importância do artesanato para a industrialização: se não foi origem de muitas indústrias, ofereceu, porém, a importante mão-de-obra semi e especializada na indústria do couro e calçados que floresceu no Vale do Sinos. Observa-se, outrossim, na atividade coureira, nos seus primórdios, um processo que lembra as corporações medievais com seus mestres e aprendizes. O equívoco da linha de pensamento que predica originar-se a indústria de artesanato parece não residir, portanto, na constatação de que algumas empresas industriais tenham sido originalmente artesanatos, mas na sua generalização e conseqüente distorção de fatos.

Portanto, buscar no “fundo de quintal” a origem do setor industrial gaúcho implica sobrevalorizar o caráter ideológico e desconsiderar uma real avaliação do surgimento e evolução da indústria gaúcha. A transformação da indústria gaúcha foi mais qualitativa do que quantitativa. Saltos qualitativos são necessários para se atingir os estágios mais avançados do desenvolvimento da unidade industrial. Para tanto fez-se necessária alta capacidade de acumulação ou de autofinanciamento. Condições essas não impossíveis, mas adversas para que estabelecimentos artesanais atingissem os estágios avançados industriais (LAGEMANN, 1992, p.127).

Conforme Lagemann (1992, p.134), a “Tese do Comércio” é uma teoria alternativa que substitui o binômio artesanato-indústria na explicação da implantação da indústria no Rio Grande do Sul.

A economia dos colonos alemães - por ter sua organização produtiva baseada na pequena propriedade rural e na exploração familiar - já contava com a desvantagem de um limite natural para uma acumulação suficiente de capitais que

viabilizasse algum empreendimento futuro de maior vulto afora aqueles da própria expansão horizontal de sua atividade agrícola.

De regra, aquele colono diretamente ligado ao cultivo da terra não transformou-se num industrial, excetuando àqueles que possuíam capital suficiente e conhecimentos técnicos trazidos consigo da Europa.

Para superar a limitação da capacidade acumulativa dessas pequenas propriedades rurais, os colonizadores optaram por uma centralização dos excedentes, através da participação no comércio e, em menor escala, pelo cooperativismo (LAGEMANN, 1992, p.128).

Conforme apresentado, a estrutura do comércio relacionado com as colônias possuía níveis. As vendas funcionavam como centro de informações e de troca, depósito de mercadorias, transbordo de cargas e local de aconselhamento quanto ao que e como se produzir. Extrapolava, portanto, sua finalidade comercial de intermediação econômica, pois assumia paralelamente uma função associativa, cultural e política. Entretanto, o fundamental para a atividade comercial era possuir um meio de transporte, fato que permitia o escoamento da produção para os centros maiores.

Como, individualmente, não compensava para o colono perder dias de trabalho em estradas de más condições para entregar sua produção, coube ao vendeiro investir nos meios de transportes necessários ao escoamento da produção da zona colonial. Alegando o “custo do frete”, o vendeiro ficava com boa parte do preço final cobrado, além do controle da informação relativa aos preços das mercadorias nos grandes centros, podendo manipular a “questão dos custos” conforme seus interesses financeiros. Contavam esses vendeiros com um monopólio efetivo, pois o isolamento – vivido pelas colônias através da péssima infra-estrutura de transportes – além da passividade e confiança dos colonos viabilizavam uma completa manipulação da situação por parte dos vendeiros, que utilizavam-se ainda de um mecanismo das contas correntes: um caderno de anotações com débitos e créditos, praticamente dispensando o uso da moeda corrente e fidelizando o colono à sua casa comercial. Além disso, era relativamente comum entre os colonos, confiarem aos vendeiros depósitos monetários – sob guarda e confiança destes – sem o recebimento de juros quando da devolução do valor e, nesse ínterim, o vendeiro emprestava dinheiro cobrando juros de outros colonos. Nesse contexto, através da apropriação do excedente produzido pelas

colônias, formou-se todo um mecanismo que permitiu a acumulação de capitais pelos vendeiros, permitindo a aplicação desse capital em investimentos que ultrapassavam a estrutura de uma pequena propriedade, tais como: pequenos matadouros, moinhos, destilarias e cervejarias, evitando assim a dependência em relação ao fornecimento desses produtos.

Nas colônias centrais alemãs – a grande maioria com depósitos e armazéns na margem de rios – o comércio intermediário superava a atividade do vendeiro, pois exercia a função de redistribuidor das mercadorias destinadas às vendas coloniais e promovia – geralmente em barcos próprios ou de familiares - o transporte fluvial das mercadorias rurais até os grandes centros consumidores, obtendo vultosos lucros tanto com o transporte quanto com as comissões de revenda cobradas.

Cabe salientar que até 1874 a única via de comunicação entre Porto Alegre e as colônias era o transporte fluvial. A partir desse ano é construída a ferrovia que ligava a capital à São Leopoldo. Aliás, até o surgimento das rodovias, foi o transporte fluvial a alternativa rentável de aplicação de capital, ao passo que as ferrovias desde o início não apresentaram êxito econômico, fato que obrigou as empresas particulares que investiram nesse ramo serem obrigadas a entregar seus negócios ao governo (LAGEMANN, 1992, p.130).

Conforme Pesavento (1977, p. 33):

[...]. A acumulação possível se efetivava nas mãos do comerciante e não do pequeno produtor rural [...]. O agricultor, em geral, dentro do contexto da colônia, era o maior prejudicado, na dependência em que se achava com relação ao comerciante, que tendia a transferir para o produtor direto os prejuízos decorrentes das oscilações negativas de mercado.

Para exemplificar todo esse contexto em detrimento aos colonos e favorável aos vendeiros e principalmente ao comércio dos intermediários, temos o caso de São Sebastião do Caí. Não é por mera coincidência que dessa colônia - que gozava de excepcional localização, pois atendia tanto a zona alemã quanto da italiana - surgiram grandes e poderosos grupos empresariais: em 1894, o comerciante Heinrich Ritter instala uma cervejaria em Porto Alegre; Renner, um comerciante e caixeiro-viajante inicia a indústria de vestuários que posteriormente se transfere para Porto Alegre e dá origem ao conhecido e diversificado Grupo Renner; os atuais Grupos Oderich e Mentz; Portanto, a apropriação ocorrida nos centros

intermediários deu origem a empreendimentos maiores localizados nesses próprios centros ou no grande mercado consumidor de Porto Alegre.

As colônias italianas tiveram seu desenvolvimento comercial inicialmente dificultado. A conexão da região serrana com Porto Alegre era feita por uma precária estrada até São Sebastião do Caí e de lá por via fluvial até a capital. A partir do Caí, já havia toda uma logística montada pelos comerciantes de origem alemã, fato que prejudicava um maior desenvolvimento agrícola e a dinamização da atividade comercial nas colônias italianas. Caxias do Sul, por exemplo, só acelerou seu desenvolvimento em 1910, com a implantação da ferrovia que estabeleceu o contato direto com Porto Alegre. Essa conexão eliminou o lento transporte por terra dos excedentes dos colonos italianos até o Caí que, a partir de lá, ainda era onerado pelas comissões cobradas pelos comerciantes alemães para o escoamento fluvial dos produtos até a capital. O transporte das mercadorias trazidas da capital para consumo nas colônias italianas também foi em muito facilitado pela ferrovia.

O grande comércio, principalmente aquele localizado em Porto Alegre, era em sua maioria de propriedade de imigrantes e controlava as exportações de feijão, mandioca, milho, arroz, trigo, tabaco, banha e importava manufaturados e bens de produção, influenciando toda a rede de comercialização do interior. Essas casas comerciais foram importantes, pois além de transferir seu capital inicialmente acumulado para a indústria, foram também elas que forneceram máquinas e peças importadas para o incipiente setor industrial gaúcho.

Esse capital comercial destacou-se na produção têxtil, banha, conservas, tabacos e cervejarias, favoreceu a instalação de plantas industriais cuja necessidade de capital superava a capacidade de acumulação da pequena propriedade agrícola.

Porém, conclui Lagemann (1992, p.134):

A diversificação das aplicações de capital por parte do comércio constitui o elemento básico para a implantação da indústria no Estado. Vale destacar, porém, que essa interpretação prende-se à fase de implantação da indústria, reportando-se mais especificamente à indústria de caráter regional. A reorientação experimentada pela indústria gaúcha, a partir da década de 1950, trouxe novas variáveis explicativas, como por exemplo, a atuação do Estado, o capital bancário e o capital externo, nacional e internacional.

### 5.3 DIFERENÇAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NAS REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Conforme Singer (1977, p.170):

A evolução do sistema ferroviário rio-grandense apresenta algumas características reveladoras de aspectos significativos da economia do Estado. Em primeiro lugar duas redes ferroviárias distintas foram sendo construídas, uma ao lado da outra: a do Sul tendo por ponto inicial Rio Grande e a do Centro e Norte tendo por ponto de partida Porto Alegre, o que mostra a persistência da dicotomia que divide a sociedade rio-grandense em duas, [...] Ambas economias permanecem relativamente separadas, o que se verifica pela maneira como se dá a interligação das duas redes. Ela se faz em Cacequi, isto é, na Campanha; as duas redes confluem no sudoeste do Estado, mas acham-se perfeitamente separadas no leste.

Nenhuma ligação direta entre os escoadouros do sul (Pelotas e Rio Grande) e os centros de colonização (Santa Cruz, Cachoeira, Santa Maria) se mostrou economicamente justificável na época.

Para Reichel (1979, p.263-4):

[...] a produção agrícola da zona colonial, com base na pequena propriedade, marcou profundamente a formação e a potencialidade do mercado gaúcho, dotando-o assim de uma parcela maior de população com médio poder aquisitivo. O imigrante possuía um poder de compra bem maior do que o daqueles que, radicados em outras regiões do País, se integraram à massa assalariada do campo e da cidade.

O mercado para os produtos coloniais restringia-se ao Norte e Centro do Rio Grande do Sul, ou seja, regiões que eram ocupados pelos próprios imigrantes. Aqui surge um elemento novo para o processo de industrialização, uma pré-condição de um mercado consumidor na própria Zona Colonial, fato que fomentou a capitalização de recursos e de padrões de consumo via dinâmica de mercado. O capital necessário para a instalação de indústrias foi gerado não só pelas trocas realizadas dentro do próprio estado; num segundo momentos também daquelas realizadas junto ao mercado interno brasileiro.

As primeiras indústrias instalaram-se quase que simultaneamente em Rio Grande e Pelotas (Zona Sul do Rio Grande do Sul) e em Porto Alegre, adaptas as condições diferenciadas de mercado existentes.

A partir do final do século XIX, aumenta consideravelmente a diferença na estrutura industrial de Porto Alegre daquela instalada do “eixo Rio Grande-Pelotas”. Conforme Singer (1977, p.171):

[...] até 1890, contava Porto Alegre com 9 fábricas de cerveja, 7 de sabão e velas, 18 de charutos e cigarros, 6 de chapéus, 6 de banha, 51 de calçados, 62 de olarias, 6 armadores, 6 refinarias de açúcar, 5 curtumes, etc. O imigrante, sobretudo o alemão, detém a maioria das propriedades.

Essa diferenciação quantitativa dos ramos industriais reflete diferenças de objetivos de mercado: as indústrias do Sul do Rio Grande do Sul objetivavam o mercado consumidor nacional, ao passo que as porto-alegrenses atendiam as variadas necessidades do mercado da Zona Colonial e da própria capital. As indústrias do “eixo Rio Grande-Pelotas” importavam matérias-primas do centro do país, aumentando seus custos de produção, já as porto-alegrenses, vinculadas às necessidades e interesses da Zona Colonial, utilizava os produtos primários dessa própria Zona Colonial para a transformação.

Singer (1977, p.173) destaca que:

Se compararmos a estrutura industrial de Porto Alegre, no fim do século, com a de Rio Grande e Pelotas, verificamos uma diferença notável. Em Rio Grande, por exemplo, há, sobretudo, grandes estabelecimentos e poucos ramos (tecelagem, charutos, conservas alimentícias, moinhos, curtumes). Já em Porto Alegre há diversidade maior na estrutura industrial; além dos ramos encontrados em Rio Grande, existe na capital fabricação metalúrgica, de calçados, de vidro e de confecção de roupas. Esta diversificação maior reflete a diferença entre o mercado da indústria de Porto Alegre e de Rio Grande. Esta procura alcançar o mercado nacional através de poucos produtos, ao redor dos quais se concentra o maior poder competitivo das empresas. A indústria porto-alegrense procura antes penetrar no mercado da zona colonial, atendendo a múltiplas necessidades de consumo de sua população. A indústria de Rio Grande sofre, desde o início, a competição não apenas do produto importado, mas também da indústria carioca, paulista e de outras partes do país. A indústria de Porto Alegre cresce, num primeiro período, apoiada no mercado das colônias, onde goza de posição privilegiada. Somente depois de esgotar estas possibilidades de expansão é que ela se lança no mercado nacional, contanto, no entanto, com sólida base regional. É este o fato que acaba capacitando a indústria porto-alegrense a conquistar a supremacia no conjunto do Estado.

Essa diferenciação acarretou na maior vulnerabilidade das indústrias de Pelotas e Rio Grande frente à indústria paulista, detentora de maior capacidade de ampliação, valendo-se da transferência dos capitais acumulados no setor cafeeiro agroexportador, da mão-de-obra imigrante mais especializada e proximidade das fontes de matéria-primas utilizadas, tendo assim seus custos de produção reduzidos.

Em 1910, completou-se a ligação ferroviária entre o Rio Grande do Sul e o centro econômico do país. Quanto à concorrência industrial com o centro do país – advinda com a conexão ferroviária com São Paulo – as indústrias gaúchas perceberam a necessidade de qualificar seus produtos, especializando-se num nível

superior, a fim de concorrer com a produção paulista. As indústrias porto-alegrenses obrigaram-se a crescer além do mercado da Zona Colonial, passando a oferecer produtos que atendiam as necessidades e interesses do mercado estadual também. As do eixo Pelotas-Rio Grande sofreram o impacto da entrada dessa concorrência e, por seu menor dinamismo e limitações do mercado local foram incapazes de competir da mesma maneira que as porto-alegrenses o fizeram.

As charqueadas gaúchas representavam um setor econômico em crise desde o final do século XIX e uma série de fatores convergiam para a sua perda de influência e relevância na Província e, posteriormente, no Estado: dificuldades para suplantar a “crise dos braços”, concorrência dos frigoríficos platinos, interesses conflitantes com os dos cafeicultores no que se refere ao preço do charque, etc.

A partir da década de 1870, as charqueadas passaram a realizar a substituição da mão-de-obra escrava por assalariada e também a utilizar máquina a vapor. Porém, essas charqueadas não encontravam condições de renovar-se tecnologicamente ao ponto de tornarem-se empresas de beneficiamento de carne avançadas como os frigoríficos platinos.

Surgiram também outros estabelecimentos que utilizavam subprodutos da pecuária e intensificavam suas operações nos períodos de entressafra das charqueadas. Foram estabelecimentos que já surgiram prontos, já nasceram como empresas em torno dos dois centros – Pelotas e Rio Grande – de produção e exportação de gêneros pecuários. Dentre essas indústrias, aquelas que tiveram o maior destaque dentro do parque industrial gaúcho foram justamente as formadas a partir de elementos de origem imigrante: fábrica de velas e sabões Lang, em Pelotas (1864); fábrica de tecidos de Rheingatz, em Rio Grande (1873). Permanecendo, assim, com o já citado elemento “burguês imigrante”, a vinculação básica do surgimento das indústrias no Rio Grande do Sul com o processo de colonização, mesmo naquela área de influência da pecuária tradicional (PESAVENTO, 1985b, p.37-8).

A formação de um mercado de trabalho livre e consumidor na região não foi significativo. Mesmo após a abolição, aqueles ex-escravos tornaram-se trabalhadores, mas como a atividade era sazonal, não dava sustentabilidade para o desenvolvimento industrial na região. Além disso, a população da Campanha era rarefeita e as relações assalariadas nas estâncias não eram predominantes (nelas o trabalhador rural tinha como casa e comida o seu pagamento, ao invés de um

salário monetário).

Diante de todo esse contexto, as empresas manufatureiras do eixo Pelotas-Rio Grande dispuseram de um mercado menos amplo daquele pertencente às indústrias da Zona Colonial.



## 6 A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA MUDANÇA DO EIXO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL

O final do século XIX e início do século XX foi o período onde se constatou a mudança do eixo econômico no Rio Grande do Sul. Foi o período que caracterizou a ascensão econômica da Região Colonial em comparação com a já decadente indústria charqueadora da Região da Campanha.

Essa decadência do charque – ocasionado pela concorrência platina e pela diminuição de seu consumo no país -, na Região Colonial deu-se um rápido crescimento agrícola-industrial baseado na policultura e completamente diverso da realidade da Região da Campanha, ou seja, da concentração na atividade pecuária, com baixos índices de produtividade e pouca diversificação nos métodos produtivos.

Conforme Pesavento (1980, p.38):

Entretanto, apesar de constituírem a empresa manufatureira mais característica da região da pecuária tradicional, as charqueadas representavam um setor econômico em crise no final do século XIX, enquanto que a economia colonial imigrante encontrava-se em ascensão.

Segundo Bandeira (1994, p.7-48), não se pode cair no simplismo de explicar o pouco dinamismo produtivo dos estancieiros apenas por observações empíricas, como: os estancieiros eram atrasados e pouco propensos a inovações, preferindo gastos em bens supérfluos ao invés de buscar novos processos de dinamizar suas atividades produtivas. Apesar de esse ter sido o comportamento mais comum, o que é certo é que a estagnação da economia pecuária estava vinculada às dificuldades crescentes de colocação do charque nos centros de consumo das regiões centrais do país.

Os centros dinâmicos e politicamente hegemônicos do centro do país – os barões do café do sudeste - não tinham interesse na elevação do preço do charque, pois isso acarretaria, através do aumento nos custos de alimentação dos escravos, numa elevação do preço final de exportação do café.

O advento da Abolição tornou irreversível a recuperação do charque, pois agora aqueles ex-escravos não tinham sua alimentação mais como alçada dos cafeicultores, fato que diminuiu o mercado do charque gaúcho.

A saída encontrada pelos estancieiros foi pressionar o Governo Estadual a

implantar uma política protecionista para o setor pecuário, faltando-lhes a capacidade de visualizar todo o processo que desencadeava-se nesses primeiros anos de República Velha: a queda do comércio do charque ano após ano e a gradativa ascensão dos produtos agrícolas da Região Colonial.

Dentre as várias influências políticas, sociais, culturais e econômicas que explicam esse desestímulo dos estancieiros em procurar novas formas de produção, destacam-se a predominância dos grandes latifúndios e a pouca difusão das atividades do setor agrícola.

Os grandes latifúndios, oriundos da forma de ocupação da Campanha Gaúcha, propiciaram a criação extensiva da pecuária. A grande quantidade de gado e a extensão das terras não acarretavam em maiores gastos para a manutenção e os investimentos na produção. Assim, garantiam ao estancieiro rendimentos que lhes proporcionavam a um padrão de vida satisfatório, mesmo para aqueles que administravam seus negócios de forma “pouco eficiente”.

Mesmo em períodos de baixa do preço da pecuária, os estancieiros resistiam em ingressarem em atividades agrícolas. Para sua implantação, a agricultura requer gastos com equipamentos e com mão-de-obra. Portanto, não estavam dispostos a assumir gastos com tais investimentos, pois um possível insucesso da nova atividade acarretaria em perdas significativas. Além dessa mentalidade, Bandeira (1994, p.22) destaca que:

Em certas zonas, inclusive, praticamente inexistem áreas adequadas para o cultivo com lavouras temporárias [...]. No Oeste da Campanha, da mesma forma, os solos superficiais e muito suscetíveis à erosão tornam o cultivo viável apenas nas várzeas.

Portanto, essa cultura pecuarista não era, obrigatoriamente, decorrente da ignorância ou incompetência de seus agentes econômicos, mas sim de uma racionalidade baseada nas características histórico-geográficas, onde a prioridade era a segurança de um rendimento baixo, mas que permitia determinado padrão de vida (BECKER, 1998).

Para Bandeira (1994, p.20) – através da distinção feita por Herbert Simon (Models of Man, 1957) - essa mentalidade majoritária entre os pecuaristas gaúchos os classifica como agentes econômicos racionais *satisficer*, ou seja, avessos a enfrentar riscos de perda de capital em investimentos para inovações tecnológicas

ou para produções alternativas.

Além disso, o contexto social gaúcho, após a Proclamação da República, foi baseado em políticas divergentes dos interesses dos estancieiros.

Até então, os estancieiros haviam dominado a economia e a política ao longo da história regional: concessão da posse das terras, “ineficiente fiscalização” do contrabando de gado, etc. Enfim, privilégios que permitiam uma estabilidade econômica.

A nova realidade republicana dividiu as classes políticas do Estado em dois grupos: o do Partido Republicano (ligado aos novos interesses do Governo, com um discurso progressista e empreendedor) e o do Partido Libertador (defensor dos interesses sulinos) (FONSECA, 1983).

Além de divergências ideológicas e políticas, havia também percepções diferentes quanto aos projetos econômicos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

O projeto econômico do Partido Republicano ia de encontro aos interesses dos estancieiros da Zona da Campanha, pois se baseava no incentivo para a diversificação da produção primária e a policultura. O objetivo era dar dinamidade ao setor agrícola diversificador, pois entendiam que uma economia exclusivamente ligada à pecuária seria incapaz de impelir um desenvolvimento promissor.

Como apresentado anteriormente, a vinda de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul trouxe uma série de mudanças em nível social, econômico e político dentro da realidade gaúcha: a implantação de novas culturas agrícolas, técnicas diferenciadas de manejo de solo e plantação e a apresentação de uma organização comunitária e de agricultura de base familiar.

É importante salientar que o contingente desses imigrantes, não era formado apenas por agricultores. Junto vieram imigrantes das mais variadas profissões: carpinteiros, marceneiros, ferreiros, comerciantes, professores... Enfim, os mais variados tipos de profissionais que, após um início em atividades agrícolas, em pouco tempo passaram a desenvolver outras atividades nas colônias ou nas cidades próximas.

O desenvolvimento da produção agrícola nas colônias gerou novas oportunidades para esses profissionais, tornando as colônias e as cidades fundadas pelos alemães em pólos dinâmicos de desenvolvimento. Destacou-se também nessas localidades a introdução do protestantismo luterano e a sua carga cultural

em um meio de catolicismo predominante (FROËHLICH et al., 2007).

Todas estas inovações geraram mudanças na economia e na vida cultural gaúcha, gerando dinamismo econômico e fortalecimento da organização social, tornando possível o desenvolvimento da colônia e sua integração na economia do Estado. Através de sua produção agrícola diversificada, de seus conhecimentos técnicos e investimentos em estabelecimentos artesanais, comerciais e, posteriormente, industriais, esses imigrantes tornaram-se novos agentes econômicos que introduziram relações econômicas tipicamente capitalistas de produção, baseada no trabalho assalariado e em estratégias de busca do lucro, características ausentes nas atividades pecuárias dos estancieiros.

Em contraste com essa evolução da Região Colonial, a crise da economia pecuária-charqueadora já vinha desde a metade do século XIX e deflagra-se no final do mesmo século, momento em que as regiões coloniais alemãs e italianas começavam a obter consideráveis índices de crescimento econômico.

Para Fonseca (1985, p.263-285 *apud* BECKER; ROCHA, 1998, p.57): “[...] o final do século XIX foi um período de nascimento e florescimento do capitalismo no Rio Grande do Sul”.

Dentro das disputas de interesses entre o Partido Republicano e os estancieiros, a questão dos transportes foi um ponto que favoreceu o desenvolvimento das Regiões Coloniais em detrimento da Campanha: visando incentivar a vinda de colonos para regiões ainda inexploradas (expansão da fronteira agrícola para a Região Norte do Estado) e consolidar a policultura, o Governo Estadual ampliou o setor ferroviário em direção ao Norte gaúcho.

O pressuposto dos republicanos era que o incremento ao cultivo de novas culturas garantiria, num futuro, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Portanto, entendiam ser essa a melhor alternativa ao processo de estagnação da economia gaúcha, baseada na produção da Zona da Campanha.

A Tabela 1 apresenta a ascensão da policultura e do processo de industrialização da Região Colonial, em detrimento das atividades ligadas à pecuária.

Tabela 1 - Participação de alguns produtos no valor das exportações do Rio Grande do Sul.

	1861	1890	1894
Charque	37,70%	30,30%	28,60%
Couros	37,20%	24,40%	13,60%
<b>Total</b>	<b>74,90%</b>	<b>54,70%</b>	<b>42,20%</b>
Banha	-	11,50%	15,20%
Farinha de Mandioca	1,40%	6,50%	8,40%
Feijão	4,00%	9,20%	7%
Fumo	-	2%	1,80%
<b>Total</b>	<b>5,40%</b>	<b>29,20%</b>	<b>32,40%</b>

Fonte: Singer (1977) e Fonseca (1983).

Os números da Tabela 1 demonstram essa nova realidade econômica do Estado, pois em 1861, os produtos agrícolas da Região Colonial somavam um percentual de apenas 5,4% nas exportações gaúchas e em 1894, já somavam 32,4% do total. Em contrapartida, os produtos da Zona da Campanha, que em 1861, somavam 74,9%, caíram em menos de 34 anos para 42,4% do total das exportações do Rio Grande do Sul. Ela também mostra uma tendência que se confirmou no transcorrer do século XX, ou seja, a mudança do eixo econômico do Rio Grande do Sul: a passagem da hegemonia econômica da Região da Campanha para a da Região Colonial.

Finalmente, a Tabela 2 evidencia a consolidação da hegemonia da Região Colonial (inicialmente a Nordeste e, posteriormente, a Norte) e a perda relativa da participação da Zona da Campanha (Sul) no cenário econômico gaúcho.

Tabela 2 - Participação percentual do PIB das Regiões no total do Rio Grande do Sul

	1939	1959	1970	1980
<b>Região</b>				
Nordeste	33,03	40,14	47,28	51,20
Norte	28,65	30,40	28,17	25,70
Sul	38,33	29,43	23,95	23,09
<b>Total RS</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Bandeira (1994).

O trabalho de Menezes e Feijó (2008) apresenta um quadro resumo das principais teorias adotadas para explicar as diferenças regionais no Rio Grande do Sul.

<b>Autor</b>	<b>Método</b>	<b>Diagnóstico</b>
Alonso e Bandeira (1994)	Análise descritiva e comparativa	Metade Sul: estrutura fundiária, especialização do setor primário, pecuaristas pouco empreendedores, atividade primária concentrada em grandes propriedades.
Verschoose Filho (2000)	Análise descritiva das políticas públicas	O declínio da Metade Sul em função da estrutura social da região.
Ilha et al. (2002)	Descritivo	Metade Sul: especializada no setor primário, baixa densidade populacional, mercado limitado e inexistência de economias de aglomeração.
Marquetti et al. (2004)	Equação de Barro Quantitativo	Metade Sul: concentração de riqueza. Metade Norte: setor industrial mais produtivo e desenvolvido.
Arend e Cário (2005)	Análise da Teoria Institucionalista de Douglass North	A desigualdade regional tem raízes históricas e, sobre tudo institucionais.

**Quadro 8 - Resumo dos métodos utilizados para explicar as diferenças regionais**

Fonte: Menezes e Feijó (2008)

Desse quadro, independente do diagnóstico e do método adotado para explicá-lo, vê-se que todos os autores convergem para um mesmo ponto, quer seja, todos explicam dos mais variados pontos de vista a mudança do eixo econômico do Rio Grande do Sul. De todos os diagnósticos apresentados, vemos que a participação da colonização alemã foi relevante para essa mudança.

Como apresentado nos capítulos anteriores, várias características da colonização alemã foram parte de um contexto inovador na realidade gaúcha vivida até então, por exemplo: formação da pequena propriedade rural, a inserção da economia colonial no mercado gaúcho, a formação dos núcleos coloniais em torno das vendas e do comércio e o capital acumulado e investido nas manufaturas e indústrias.

Num breve momento histórico posterior a todas essas mudanças, a Zona da Campanha enfrentaria dificuldades estruturais no seu modo de produção e todos esses fatos convergiram para a mudança do eixo econômico gaúcho, passando a hegemonia da Zona da Campanha para as Regiões Nordeste e Norte, ou seja, aquelas desenvolvidas, primeiramente, pela colonização alemã.

Em uma análise do Quadro 8, temos que os diagnósticos de Alonso e Bandeira (1994), Verschoose Filho (2000), Ilha et al. (2002), Marquetti et al. (2004) já foram abordados (através de citações ou de uma mesma linha de raciocínio) nos capítulos anteriores deste trabalho. Por tratar-se de uma abordagem diferenciada das já expostas neste trabalho, apresentaremos os principais pontos do trabalho de Arend e Cário (2005) - calcado na Teoria Institucionalista de Douglas North – e como os valores sociais foram relevantes para o desenvolvimento da Região Colonial.

Conforme Arend e Cário (2005, p. 67):

A Teoria Institucionalista de Douglass North (evolucionista), leva em consideração os aspectos históricos, as instituições específicas de cada região e a dinâmica econômica, para explicar o melhor entendimento da dinâmica do desequilíbrio econômico. Portanto, as instituições (leis, cultura, ideologia, hábitos e regras de conduta e o Estado) e dinâmica capitalista (ambiente concorrencial e tecnologia) podem determinar trajetórias particulares de crescimento econômico, ou seja, podem originar *path dependencies*.[...] Douglass North expõe em sua obra um marco analítico para explicar como as instituições e as mudanças institucionais afetam a economia.[...] Assim, instituições reduzem incertezas porque proporcionam uma estrutura à vida diária, constituindo um guia para a interação humana, e incluem todo tipo de limitação que os humanos criam para dar forma à interação humana. Por isso, atenção central é dada ao problema da colaboração humana.[...] Segundo Douglass North, o conceito-chave para entendermos a prosperidade é o de instituições eficientes.

Arend e Cário (2005), baseado no trabalho de North, afirmam que formaram-se no Rio Grande do Sul, dois setores: um dinâmico e outro não. Esses setores foram determinados pelas instituições de cada região presentes no percurso original e que produziram estruturas industriais particulares, capazes de explicar o desequilíbrio regional contemporâneo.

Para Verschoose Filho (2000, p.135):

O declínio da Metade Sul é esclarecido com maiores detalhes quando é levada em consideração uma de suas principais características sócio-econômicas, isto é, a extrema dificuldade em buscar soluções internas para suas crises e superar as barreiras sobrepostas ao seu processo de desenvolvimento. Portanto, reafirmando o que já fora antes postulado, as causas do declínio da Metade Sul devem, fundamentalmente ser buscadas na própria estrutura social da região. Grande parte do território da Metade Sul foi formada com bases latifundiárias, um ambiente pouco propício a inovações, e nas charqueadas escravistas, marcadas por relações centralizadoras e autoritárias. Porém, na Metade Norte, a colonização e a ocupação desconcentrada das terras, as dificuldades comuns e as necessidades do auxílio mútuo consolidaram uma sociedade igualitária, calcada na solidariedade e no espírito cooperativo.

Portanto, a trajetória de desenvolvimento industrial gaúcho foi determinada por dois arranjos sócio-econômicos distintos e que ao longo do tempo tiveram desempenhos diferentes na forma como cada qual se industrializou e inseriu-se na dinâmica capitalista. Essas diferentes trajetórias internas levaram a desequilíbrios econômicos no Rio Grande do Sul.

Como apresentado anteriormente, independente da teoria adotada para explicar o surgimento da industrialização no Rio Grande do Sul, deve-se dar relevantes créditos à colonização alemã e a todos os desdobramentos econômicos e institucionais que esta trouxe ao cenário gaúcho.

Formou-se na Região Colonial e em Porto Alegre um parque muito mais diversificado, voltado para o mercado interno e em expansão. Essa característica proporcionou para a Região Colonial a propagação do capitalismo e da produção mercantil, expandindo para a capital um incentivo industrializante, devido à atividade comercial que ali acumulava capital.

As indústrias da Metade Sul, enfrentavam problemas crônicos para desenvolverem-se, devido ao pequeno mercado consumidor local e também por sofrerem diretamente a concorrência da indústria paulista a partir do advento da conexão ferroviária do Rio Grande do Sul com o centro econômico brasileiro.

Para Arend e Cário (2005), a dinâmica evolutiva do desequilíbrio regional gaúcho se confunde com o próprio processo de desenvolvimento industrial sul-riograndense, sendo essa uma característica específica do Rio Grande do Sul. Ela foi iniciada com os alicerces do sistema de pequena propriedade e de trabalho livre das colônias alemãs: o comércio local, as técnicas européias capitalistas e de coesão social. Enfim, os agentes dispunham de elevado conhecimento mútuo, pois estavam envolvidos em repetidas trocas e, no elemento “trabalho”. A Região Colonial foi dotada de uma mão-de-obra especializada, se comparada com realidade da Zona da Campanha.



Conforme Arend e Cário (2005, p. 75):

Dessa maneira, estruturou-se outra classe social no RS, com uma nova mentalidade. Os imigrantes trouxeram novos valores, costumes e hábitos, ou seja, outra cultura. Esta cultura estaria fundamentalmente mais ligada ao “espírito do capitalismo” (a *l*á Weber), tal situação até então estranha para a realidade gaúcha. Pode-se dizer que com a vinda de imigrantes europeus, especialmente alemães, o protestantismo justificou a riqueza, instituiu a poupança e induziu uma nova disciplina social, caracterizada por uma população trabalhadora. Estes fatores culturais viriam a legitimar o capitalismo na região e, por conseguinte a acumulação de capital, dado a maior especialização da oferta de trabalho e melhor qualidade dos fatores de produção. Nestas condições, os custos de transação encontram-se muito reduzidos, desenvolvendo-se direitos de propriedade eficientes e propícios a atividades produtivas, tanto para a agricultura como para a indústria e o comércio.

Deste modo, a transição capitalista e a implantação de um novo sistema de idéias no Estado deflagraram a debilidade da Zona da Campanha em adaptar-se a nova realidade. Em contrapartida, foi esse o momento que legitimou a Região Colonial como uma economia de mercado interno que influenciou estrategicamente o modo de crescimento econômico do Estado.

A nova realidade política, a prática do positivismo e as políticas institucionais determinaram transformações econômicas para o Rio Grande do Sul. Foram mudanças que estimularam a transformação de recursos produtivos locais, proporcionando a auto-suficiência para o mercado interno e posteriormente exportações para as demandas do resto do país, determinando assim uma maior acumulação de capital necessária ao desenvolvimento industrial regional.

Da conclusão de Arend e Cário (2005, p. 89) infere-se a influência da colonização alemã na mudança do eixo econômico gaúcho:

Através da teoria institucionalista, acredita-se que originou-se no RS dois *path dependencies*, um dinâmico e outro não, determinados amplamente pelas instituições de cada região presentes no percurso original, que produziram estruturas industriais particulares capazes de explicar o desequilíbrio regional contemporâneo. Parte-se do princípio que durante a República Velha, período em que se materializa o capitalismo no RS, as duas “metades regionais” consolidaram bases institucionais (econômicas, políticas, ideológicas e culturais) distintas, que perpetuaram ao longo do século XX, determinando o conseqüente desempenho econômico de ambas e o próprio desenvolvimento industrial regional.

A Região da Campanha foi superada porque perdeu a oportunidade histórica

decisiva, ou seja, o processo de industrialização, devido a fatores institucionais internos dessa região. Como vimos, a Metade Sul conseguiu apenas construir uma malha industrial especializada em poucos artigos que - muitas vezes - não tinha a competitividade necessária frente à concorrência capitalista externa à sua região, fato que demonstrava seu baixo dinamismo econômico. Desde a Proclamação da República e as mudanças institucionais e políticas advindas desse fato, o complexo pecuário-charqueador começou a demonstrar sua falta de dinamismo, não buscando processos de inovação, nem a iniciativa de novas linhas de produção. Os agentes locais não se engajaram na dinâmica capitalista porque eram culturalmente resistentes à inovação. Essa resistência da Campanha devia-se a fatores institucionais próprios (relações de propriedade, culturais, políticos e ideológicos) e a elevados custos de transação, sendo estes fatores determinantes para: a perda de hegemonia econômica, incompetência industrial e a ineficaz inserção no ambiente concorrencial capitalista.

Em contrapartida, este momento histórico - o processo de industrialização - não foi desperdiçado pela área de influência da Região Colonial, pois seu ambiente institucional, ao contrário da Região Sul, mostrou-se mais versátil e adaptável frente à concorrência capitalista. Devido a fatores intrínsecos e que têm raízes no passado, esta região conseguiu formar uma estrutura industrial diversificada que conseguiu inserir-se no ambiente de concorrência capitalista com um considerável dinamismo. Suas instituições e empresários, com sua bagagem cultural e de conhecimentos técnico-artesanais, enraizados no seu ambiente particular, evoluíram no transcorrer dos anos, mesmo num contexto de competição (local, regional, nacional e internacional), devido a sua inserção na economia de mercado, aprimorando assim a estrutura industrial regional.

Para Alves e Silveira (2008, p.1-15), outro elemento que contribuiu para a desigualdade regional no Rio Grande do Sul, foi o capital social, ou seja, aquele conjunto de relações e redes de ajuda mútua mobilizadas para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Como apresentam os autores, para Bourdieu (1980 *apud* Alves e Silveira, 2008), o capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo, sendo concomitantemente acúmulo e base de um processo de unificação que permite as pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social.

Segundo Becker e Bandeira (2003, p.15) são “os traços culturais que são

relevantes para fazer com que os membros de uma localidade se tornem propensos a colaborar para a solução de problemas de interesse comum”. Portanto, temos que na Região Colonial o capital social foi claramente mais significativo do que na Campanha, devido aos traços étnicos, sociais e culturais, oriundos da própria colonização, sendo estes fundamentais para o êxito socioeconômico das colônias.

Esses autores também dão importância à identidade regional constituída num local. Para Becker e Bandeira (2003, p.20): “A identidade regional [...] é condição essencial para que um determinado território possa, de forma significativa e não-arbitrária, ser denominado de região”.

Assim, também a formação de uma identidade regional fortalece as bases para um desenvolvimento regional, pois seus participantes buscam um objetivo comum. Para os autores, os elementos sociais e culturais são fundamentais para a eficácia de uma região, pois todos são parte de um sistema que age em conjunto na busca de um resultado comum favorável.

Portanto, assim como no capital social, também na identidade regional tem-se embasamento teórico para afirmar que as características intrínsecas à imigração daquelas primeiras colônias alemãs favoreceram o seu desenvolvimento coeso, realidade diferente daquela vivida pela sociedade da Campanha.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Rio Grande do sul, os colonos alemães e seus descendentes transformaram a antiga sociedade: camponeses constituíram novas classes, cidadãos integraram-se nas classes pré-existentes, modificando a estrutura original e influenciando-a social e economicamente.

Essa integração não foi fácil, não apenas por sua origem, mas também pelo certo desprezo com que era tida na mentalidade gaúcha a atividade manual, principalmente a voltada para a agricultura.

Assim, a instituição familiar foi a protetora dos colonos alemães e o isolamento fez surgir uma classe social independente que, por ser proprietária de suas terras, tinha assegurada sua independência econômica e social, garantindo uma estrutura e mentalidades próprias.

A partir dos princípios da Teoria Schumpeteriana, cabe algumas reflexões sobre o desempenho dos colonos alemães que se instalaram a partir de 1824 em solo gaúcho.

Schumpeter (1982) destaca a figura do “empreendedor” no processo de desenvolvimento das regiões. Para ele o agente empreendedor é aquele que fomenta a vida econômica. É aquele que assume riscos, que mesmo não estando totalmente esclarecido dos detalhes que vai enfrentar, inova e busca melhores resultados. Seu sucesso depende muito mais de sua intuição e de sua capacidade de ver um futuro.

Porém, do que se tem certeza é que a falta de uma dinâmica produtiva que vise lucro, acarreta no processo de estagnação, pois como afirma Schumpeter (1982), o lucro necessariamente será revertido para a totalidade da sociedade, ou na forma de salários para os trabalhadores ou como dividendos para os empresários. Fatores que acabarão refletindo-se na elevação dos índices de desenvolvimento da região.

A partir do final do século XIX, o Rio Grande do Sul vive um momento de transição sócio-econômica caracterizado pela mudança do seu eixo econômico. A participação econômica da Campanha é suplantada pela da Região Colonial.

Como visto, nesse crucial momento histórico, estava enraizado na “cultura produtiva” das lideranças da Campanha um comportamento conservador,

caracterizado na pouca disposição para enfrentar riscos inerentes à busca de novas alternativas. Conforme Bandeira (1994), existia um certo atrofiamiento da capacidade empreendedora dos estancieiros da Metade Sul.

Totalmente divergente dessa mentalidade era aquela dos colonizadores alemães que vieram para o Rio Grande do Sul. Num curto período histórico, a Alemanha passou pela Guerra Franco-Prussiana, revolução agrícola, acelerado capitalismo industrial e por lutas pela unificação do Estado Nacional. Todas essas grandes transformações políticas e sociais - ocorridas em meados do século XIX - convergiram para dar aos colonos alemães um “embasamento” capaz de determinar a atuação de grande relevância que tiveram nos locais onde se estabeleceram. Suas aspirações de vida e sua experiência cultural, somados aos fatores estruturais favoráveis para atraí-los, os dotaram das condições para desempenhar o papel cuja importância se fez sentir com o passar dos anos nas colônias gaúchas.

Esses colonos alemães formaram num breve período histórico uma classe média urbana e rural, capaz de oferecer matérias-primas e também de demandar os produtos necessários à subsistência de suas atividades tanto nas cidades quanto nas colônias propriamente ditas. A existência desse potencial mercado consumidor fomentou a atividade rural, o comércio, ao artesanato, as empresas de transporte, enfim, das mais diversas maneiras permitiu a acumulação de capital necessária à formação de uma indústria local, que logo cresceu e também passou a atender o mercado porto-alegrense, dinamizando assim toda a região.

A estagnação econômica da Metade Sul não foi provocada pela ascensão da Região Colonial, pois esta – em pleno crescimento, fomentado pelo seu mercado interno - apenas aproveitou-se do mesmo momento histórico em que aquela - por características próprias da produção regional - não conseguia se redimensionar e partir para novas formas de produção.

A proposta deste trabalho não foi afirmar que tão somente o marco da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul foi o responsável pela mudança do eixo econômico gaúcho, mas que indubitavelmente – seja por fatores culturais, logísticos, sociais, econômicos - teve influência na nova realidade econômica que passava o Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Flamarion D.; SILVEIRA, Vicente C. P.. Evolução das desigualdades regionais no rio grande do sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 9, n. 26, p.1-15, jun. 2008.
- AREND, Marcelo; CÁRIO, Silvio A. F. **Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul**: uma análise a partir da Teoria Institucionalista de Douglass North. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, V. 26, Número Especial, 2005.
- AREND, Marcelo; CÁRIO, Silvio A. F. **Razões históricas e de longa duração para os desequilíbrios no Rio Grande do Sul (1800- 1930)**: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. Retirado de: Sociedade Brasileira de Economia Política. Disponível em:  
<[www.sep.org.br/artigo/ixcongresso97.pdf?PHPSESSID=ef89c8cb5dd08914408140f829e365c2](http://www.sep.org.br/artigo/ixcongresso97.pdf?PHPSESSID=ef89c8cb5dd08914408140f829e365c2)> Acesso em: 12 ago. 2009.
- ALVES, Fábio. **Direito Agrário - Política Fundiária no Brasil**. São Paulo, Del Rey, 1995.
- BANDEIRA, Pedro S. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**. Parte I: As Raízes Históricas do Declínio da Região Sul, Porto Alegre, FEE, 1994.
- BANDEIRA, Pedro S. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. *In*: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F. (Orgs.) **Regiões e Cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo, Editora UNESP, ANPUR, 2003.
- BECKER, Dinizar F; ROCHA, Jeferson M. As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 5, n.1, 1998.
- BECKER, Dinizar. F.; BANDEIRA, Pedro S. Participação Social e Cidadã no Desenvolvimento Regional Contemporâneo. *In*: LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria, Pallotti, 2003.
- CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FAÉ, Walter J. **Italianos no Rio Grande do Sul: 1875/1975**. Americana, FOCAM, 1975.
- FONSECA, Pedro C. D. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

FROËHLICH, José M.; PICOLOTTO Everton L.; SILVA, Heber R. da; OLIVEIRA, Matheus A. **Capital social e a dinâmica do desenvolvimento - colonização alemã na região central do rio grande do sul**. XLV SOBER, Londrina, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/494.pdf>> Acesso em: 02.nov.2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 10ªed. São Paulo, Nacional, 1970(a).

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HUNSCHE, Carlos H. **O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1975.

LAGEMANN, Eugênio. **A Industrialização no Rio Grande do Sul**: um estudo histórico. **IEPE**, Relat. Pesquisa n.4, ago. 1978.

LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: Dacanal, José H. & Gonzaga, Sergius. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane C. Capitalismo e Colonização – Os Alemães no Rio Grande do Sul. In: Dacanal, José H. & Gonzaga, Sergius. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

MARTINS, José de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

MENEZES, Gabrielito; FEIJÓ, Flavio T. **O contraste econômico entre as metades sul e norte do Rio Grande do Sul**: uma aplicação do Modelo da Base Econômica. 4º Encontro de Economia Gaúcha - EEG 2008. Disponível em: [www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/localizacao-sessao5-3.doc](http://www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/localizacao-sessao5-3.doc)> Acesso em: 15.out.2009.

MONTEIRO, Eduardo da S. **Fim do Tráfico de Escravos e Transformações da Economia Charqueadora**. (Monografia - UFRGS). Porto Alegre, 1999.

MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: Dacanal, José H. & Gonzaga, Sergius. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

MUNDSTOCK, Fabio B. **Causas da Estagnação Econômica da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. (Monografia -UFRGS ), Porto Alegre: 2004.

PESAVENTO, Sandra J. Considerações sobre a evolução da agricultura gaúcha até 1930. In: **Informativo do SEITE**, Porto Alegre, nov.-dez, 1977.

PESAVENTO, Sandra J. **República Velha Gaúcha**: Charqueadas-Frigoríficos-Criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985(a).

PESAVENTO, Sandra J. **História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba, Riocell, 1985(b).

PESAVENTO, Sandra J. **Memória da Indústria Gaúcha: das Origens a 1930**. Porto Alegre, Editora da Universidade & FEE, 1987.

PESAVENTO, Sandra J. **Os industriais da república**. Porto Alegre: IEL.1991.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 43.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JR., Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo, 1960.

REICHEL, Heloísa J. A industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: Dacanal, José H. & Gonzaga, Sergius. (org.). **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. **O Processo de Colonização no Rio Grande do Sul: O Caso de São Leopoldo no Século XIX** (Tese Doutorado em Economia - UFRGS). Porto Alegre: 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977.

VERSCHOORE FILHO, Jorge R. de S. **Metade Sul: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – UFRGS.

VERSIANI, Flávio R.; BARROS, José R. M. de. **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOURDIEU, P. **Le capital social**: notes provisoires. In: Actes de la recherche en sciences sociales, volume 31, 1980.

FONSECA, Pedro C. D. **A transição capitalista no Rio Grande do Sul**: a economia gaúcha na Primeira República. São Paulo, Fipe/USP, 1985.

PELLANDA, Ernesto. **Aspectos gerais da colonização italiana no RS**. In: Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

SÁ, Mem de. **Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. In: Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950.

SOUZA, Paulo R. da C. **Un modelo primário exportador regional; el caso de Rio Grande do Sul**. Santiago-Chile, (mimeografado), 1973.

TEJO, Limeira. **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. In: Estatística industrial do Rio Grande do Sul – Ano de 1937. Porto Alegre, Globo, 1939.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil** – Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo, Nacional, 1940.